



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Processo de Revisão Anual 2013, no Quadro do Memorando de Entendimento sobre o Apoio Geral ao Orçamento

Avaliação Preliminar do Governo de Moçambique ao Desempenho dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs) em 2012

Maputo, 16 de Abril de 2013

Índice	Pág.
Sumário Executivo	5
1. Introdução e Metodologia	7
1.1. Introdução	7
1.2. Metodologia	8
2. Evolução do Volume da Ajuda e a Composição do Portfólio	10
2.1 Evolução do volume total da ajuda	10
2.2 Evolução da Composição do Portfólio	11
2.3 Os recipientes da Ajuda	15
3. Avaliação Quantitativa Global	18
3.1. PAPs sem Membros Associados	18
3.2. PAPs com Membros Associados	26
3.3. Classificação dos PAPs	28
3.3.1 Classificação dos PAPs por desempenho	28
3.3.2 Classificação dos PAPs por tamanho	31
4. Avaliação qualitativa do desempenho dos PAPs	33
4.1. Assuntos de Atenção Especial e Considerações Gerais	33
4.2. Fundos Comuns	35
4.3. Apreciação do desempenho dos Parceiros ao Nível das Províncias	39
4.4. Avaliação Final do Grupo dos PAPs	43

ACRÓNIMOS:

AGO:	Apoio Geral ao Orçamento
AOD:	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
AP	Apoio Programático
AT:	Autoridade Tributária
ASAS:	Apoio ao Sector de Agua e Saneamento
CFMP:	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CT:	Cooperação Técnica
CUT:	Conta Única do Tesouro
DP:	Declaração de Paris
DFID:	Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido
FASE:	Fundo de Apoio ao Sector da Educação
FCs:	Fundos Comuns
GdM:	Governo de Moçambique
GFP:	Gestão de Finanças Públicas
IGF:	Inspeção Geral das Finanças
MA:	Membros Associados
MdE:	Memorando de Entendimento
MEO:	Módulo de Elaboração Orçamental
M&A:	Monitoria e Avaliação
MF:	Ministério das Finanças
MPD:	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
MTC:	Ministério dos Transportes e Comunicação
N/A:	Não aplicável
N/D:	Não disponível
NU:	Nações Unidas
ODA:	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
ODAMOZ:	Base de Dados da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento para Moçambique
OECD:	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECD-DAC:	Comité de Assistência ao Desenvolvimento
ONG:	Organizações Não Governamentais
OSC:	Organizações da Sociedade Civil
PAPs:	Parceiros de Apoio Programático
PARP:	Plano de Acção para de Redução da Pobreza
PARPA:	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PBA:	Abordagem Baseada em Programas
PD:	Parceiros de Desenvolvimento
PEFA:	Despesa Pública e Responsabilidade Financeira
PNISA:	Plano de investimento do Plano Nacional de Investimentos do Sector Agrário
PNPFD:	Programa Nacional de Plano e Finanças Decentralizados
PQG:	Plano Quinquenal do Governo
PGdB	Parceria Global de Busan para Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento
PRONASAR:	Programma Nacional de Saneamento e Agua Rural
QAD:	Quadro de Avaliação de Desempenho
REPAD:	Rede Provincial de Apoio a Descentralização
RA:	Revisão Anual
REO:	Relatório de Execução Orçamental
SISTAFE:	Sistema de Administração Financeira do Estado

TA:	Tribunal Administrativo
TV:	Tranche Variável
UGBs:	Unidades Gestoras Beneficiárias
UFSA:	Unidade Funcional de Supervisão de Aquisições
UGEA:	Unidade Gestora e Executora de Aquisições
UIPs:	Unidades de Implementação de Projectos Paralelos
USAID:	Agência Americana de Desenvolvimento Internacional

ANEXOS:

- Anexo 1: PAPs QAD 2012
- Anexo 2: Avaliações Individuais
- Anexo 3: Resumo do desempenho do grupo em 2012
- Anexo 4: Composição do Portefólio
- Anexo 5: Harmonização e condicionalismos
- Anexo 6: Utilização dos sistemas de gestão de finanças do GdM
- Anexo 7: Trabalho conjunto
- Anexo 8: Unidades de Implementação de Projectos Paralelos (UIPs)
- Anexo 9: Impostos
- Anexo 10: Questionário dos PAPs e das Provincias

Sumário Executivo

A presente avaliação relativa ao desempenho dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs) em Moçambique é um exercício de prestação de contas mútuas entre o Governo de Moçambique (GdM) e PAPs. Dando continuidade as avaliações anteriores, em 2012, o GdM e os PAPs elaboraram em conjunto, um novo Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD) com as respectivas Notas Técnicas dos Indicadores, com o objectivo de estabelecer indicadores e metas para o exercício de monitoria da eficácia da ajuda. Com efeito, no novo QAD dos PAPs, 2012-2013, foram introduzidas melhorias para o seu aprimoramento dando ênfase à avaliação dos progressos dos Parceiros relacionados com os seguintes objectivos: (i) Composição do Portofólio; (ii) Previsibilidade & Transparência e (iii) Alinhamento & Harmonização. No entanto, este novo QAD aplicado para a Avaliação do ano 2012 é ligeiramente diferente do QAD aplicado em 2011, dado que foram nele incorporados novos indicadores, facto que torna difícil uma comparação directa dos dois anos.

A análise da **evolução global da ajuda** aponta que os 21 parceiros (PAPs mais os Membros Associados) incrementaram o volume total de **1,728** mil milhões de USD, em **2011**, para **1,729** mil milhões de USD, em **2012**, correspondente a um incremento percentual de 0,1%. Excluindo os Membros Associados (MAs), o volume total (dos 19 parceiros) incrementou em 108 Milhões de USD, representando um aumento de 9% (2012: 1.264 mil milhões de USD e 2011: 1.156 mil milhões de USD). De salientar que, regista-se um decréscimo notável da contribuição providenciada pelos Membros Associados, em cerca de 107 Milhões de USD, correspondente a uma redução de 19% do total da ajuda desembolsada, em 2012, pelos PAPs e MAs. Em termos absolutos os MAs desembolsaram em 2011 um total de cerca de 572 milhões de USD para em 2012 reduzir para 465 Milhões de USD.

Com base no QAD, a análise global do desempenho das 23 metas avaliadas em 2012, indica que:

- 1 Meta (Indicador 6) foi atingida, o que corresponde a 4% do total das metas;
- Nenhum indicador registou progressos;
- 9 Metas (Indicadores 1, 5, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22) mantiveram o seu desempenho ou registaram um declínio, o que corresponde a 39% do total das metas.
- Os restantes indicadores e as respectivas metas (um total de 13, o que corresponde a 57%), foram alterados ou introduzidos no novo QAD como novos indicadores pelo que não é possível a sua comparação com 2011.

Assim com base na informação disponibilizada pelos PAPs e comparando com o exercício do ano anterior, conclui-se que, o desempenho dos PAPs registou uma queda. Os PAPs receberam apenas 9 dos 48 pontos possíveis. Neste contexto, em termos percentuais, os PAPs obtiveram um desempenho de cerca de 19%, que corresponde a uma redução notável quando comparado com o ano de 2011, onde obtiveram 53% da pontuação máxima (19 dos 36 pontos possíveis).

Consequentemente, na base na **avaliação quantitativa** medida pelas metas alcançadas e em progresso, o GdM conclui que o desempenho dos PAPs, em 2012, foi **FRACO**. Tal desempenho justifica-se pela redução da proporção de Ajuda Programática de 72% em 2011 para 63% em 2012 originada pela notável tendência de retorno à modalidade de Projectos por parte de alguns Parceiros. De notar que devido a própria disposição dos indicadores do QAD

dos PAPs, esta variação acarreta consigo efeitos directos e em cadeia sobre maioria dos indicadores com destaque para o uso dos sistemas nacionais.

A **avaliação qualitativa** consistiu em três elementos: (i) os progressos relacionados com os Assuntos de Atenção Especial; (ii) a avaliação dos Fundos Comuns e, (iii) o Inquérito sobre a cooperação ao nível descentralizado. Conjugados estes elementos, a Avaliação revelou que o desempenho dos PAPs, em 2012, em termos qualitativos é **Satisfatório**.

Assim, em resumo, no global, ou seja, conjugando a avaliação quantitativa e a avaliação qualitativa, e com base nas classificações acordadas, o GdM considera o desempenho geral dos PAPs, em 2012, como tendo sido “Não Satisfatório”.

A presente avaliação procurou também analisar os níveis de alocação da ajuda dos PAPs por Objectivo/Pilar do PARP, tendo constatado que a grande maioria dos recursos são destinados aos sectores ligados ao Desenvolvimento Humano e Social em detrimento dos outros Objectivos/Pilares. Face a esta constatação prevalece o desafio de incrementar o volume de fundos alocados para os sectores produtivos, em particular o Objectivo 2 (da Promoção do Emprego).

Deste modo, com base na avaliação do desempenho dos PAPs e MAs, o GdM, propõe que sejam considerados como assuntos de Atenção Especial para os PAPs os seguintes:

- Aprimorar o assunto de **previsibilidade no âmbito dos compromissos e desembolsos** atempados, tanto para Apoio Geral ao Orçamento como para os Fundos Comuns;
- Incrementar a proporção de ajuda desembolsada através da Ajuda Programática;
- Providenciar maior atenção na qualidade da **informação reportada à Base de Dados ODAMOZ** (mais especificamente com referência às Unidades Gestoras Beneficiárias (UGBs, Fonte de Recursos, etc);
- Incrementar o **uso e apoiar o aprimoramento dos sistemas nacionais** (especialmente a Conta Única do Tesouro – CUT e o sistema de “Procurement”), em particular para a modalidade dos projectos;
- Reduzir drasticamente o número de missões recebidas pelo Governo do País, através do incremento das missões conjuntas;
- Reduzir o número de Unidades Paralelas de Implementação de Projectos;
- Providenciar a **informação consolidada** (Mapa consolidado) ao Governo sobre o desempenho dos PAPs; e,
- Incrementar a alocação de fundos para os sectores produtivos.

1. Introdução e Metodologia

1.1. Introdução

A presente avaliação relativa ao desempenho dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs) em Moçambique é um exercício de prestação de contas mútua entre o GdM e PAPs que pela segunda vez é integralmente conduzido pelo GdM¹. Em 2012 o GdM e os PAPs elaboraram em conjunto, um novo Quadro de Avaliação de Desempenho com as respectivas Notas Técnicas dos Indicadores, com o objectivo de estabelecer indicadores e metas para o exercício de monitoria da eficácia da ajuda e monitoria da eficácia da ajuda. No novo Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD) dos PAPs 2012-2013 foram introduzidas melhorias para o seu aprimoramento dando ênfase à avaliação dos progressos dos Parceiros relacionados com os seguintes objectivos: (i) Composição do Portfólio; (ii) Previsibilidade & Transparência e (iii) Alinhamento & Harmonização. A inovação no actual QAD dos PAPs, consistiu no facto de que para além dos indicadores gerais, foram definidos indicadores estritamente relacionados com a modalidade do Apoio Geral ao Orçamento, que permitem avaliar apenas os PAPs que providenciam recursos através desta modalidade.

O relatório do desempenho dos PAPs de 2012 à semelhança dos relatórios dos últimos três anos (2009, 2010, 2011), inclui, para além dos 19 PAPs, 2 Membros Associados nomeadamente as Nações Unidas (NU) e os Estados Unidos da América (representado pela USAID). É de destacar que os Membros Associados (MAs) não providenciam o Apoio Geral ao Orçamento do Estado (AGO), sendo o seu apoio ao País canalizado integralmente através de projectos. A avaliação dos PAPs, excluindo os Membros Associados, difere da quando a análise inclui os Membros Associados.

De notar que os MAs participam pela quarta vez neste exercício, e a sua inclusão deve ser percebida num quadro de desafios que passam por: (i) verificar onde é que os MAs se situam no âmbito dos processos de harmonização e alinhamento *vis-à-vis* aos PAPs; e (ii) fortalecer o conhecimento sobre o comportamento dos MAs para melhor os enquadrar no processo mútuo de prestação de contas. .

O relatório da avaliação dos PAPs de 2012 tem como fundamento básico o QAD dos PAPs que constitui um mecanismo de operacionalização, por parte dos PAPs, da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda externa e da Parceria Global de Busan para uma Cooperação

¹ A primeira avaliação foi realizada em 2005 por uma equipa composta por Tonny Killick (chefe da equipa), Carlos Castel-Branco e Richard Gester (*T. Killick, C. Castel-Branco and R. Gester. 2005. Perfect Partners? The Performance of Programme Aid Partners in Mozambique 2004*). A segunda avaliação foi realizada em 2006 por uma equipa da Ernst & Young chefiada por Carlos Castel-Branco (*Ernst & Young. 2006. Review of PAP' Performance in 2005 and PAP' QAD Matrix Targets for 2006*). A terceira avaliação foi realizada em 2007 por uma equipa composta por Carlos Castel-Branco (chefe da equipa), Nelsa Massingue e Tonecas Rafael (*C. Castel-Branco (with research support from N.Massingue and T.Rafael). 2007. Mozambique Programme Aid Partners Performance Review 2006*). A quarta avaliação foi realizada no relatório de 2008 foi elaborada por uma equipa do IESE composta por Carlos Castel-Branco (chefe da equipa), Carlos Vicente e Nelsa Massingue (*C.Castel- Branco, C.Vicente e N.Massingue 2008*). *Mozambique Programme Aid Partner Review 2007*). A quinta avaliação foi realizada em 2009 por uma equipa do IESE composta por Carlos Castel-Branco (chefe da equipa), Rogério Ossemane, Nelsa Massingue e Rosimina Ali (*C. Castel-Branco, R. Ossemane, N. Massingue and R. Ali. 2009*). Estes relatórios podem ser descarregados do website dos Parceiros de Ajuda Programática www.pap.org.mz; a sexta avaliação foi realizada em 2010 por uma equipa do MPD e da KPMG. A sétima avaliação foi realizada em 2011 pela equipa do MPD. Estes relatórios podem ser descarregados no website do MPD.

Eficaz para o Desenvolvimento, não incorpora todos os aspectos, especificidades, áreas e temáticas que podem ser abordados sobre ajuda externa em Moçambique.

O Governo reconhece as limitações desta avaliação dado que a mesma se limita a descrever o desempenho dos compromissos e indicadores do QAD sem aprofundar a avaliação completa da experiência da ajuda externa em Moçambique ao longo dos últimos anos. Certamente, o relatório irá abordar as partes relevantes da avaliação que incluem uma análise do grupo dos PAPs, com e sem MAs, a análise do desempenho individual dos PAPs, bem como a análise dos Fundos Comuns e das tendências de desempenho dos PAPs, com e sem MAs. O relatório inclui igualmente uma série de anexos com a informação estatística detalhada, usada para a avaliação, sobre o comportamento dos Parceiros .

De referir que a avaliação foi coordenada pelo MPD e o relatório foi elaborado pelo Governo reflectndo portanto o posicionamento do GdM nesta matéria. As outras componetes do relatório explicam a metodologia utilizada e as principais conclusões e recomendações. O Governo em coordenação com os parceiros elaboraram o questionário para as Províncias com vista a aferir a apreciação dos Governos Provinciais sobre o comportamento dos PAPs, de modo que o relatório da avaliação dos PAPs seja mais abrangente. De referir que o alcance analítico do inquérito sobre o desempenho dos parceiros feito nas Províncias é ainda limitado, dado que apenas 7 Províncias responderam ao questionário submetido.

1.2. Metodologia

Em termos metodológicos, a presente Avaliação baseiou-se essencialmente na colecta de informação através de um questionário que foi enviado em Dezembro de 2012 aos Parceiros para o devido preenchimento, tendo se estabelecido como data de submissão ao MPD o dia 07 de Fevereiro de 2013.

Para além do questionário quantitativo, os PAPs e os MAs, foram convidados a responder de forma facultativa um Questionário Qualitativo que agrega valor analítico ao presente relatório. O Questionário Quantitativo foi elaborado na base dos indicadores do QAD dos PAPs referente ao ano 2012 para além de alguns campos de preenchimento adicionais que permite, ao GdM e aos PAPs, identificar as diferentes áreas e modalidades de aplicação da ajuda externa. O questionário qualitativo contém perguntas de referência que incidem sobre a avaliação da evolução da cooperação, a relação entre GdM e PAPs, e entre os PAPs, em 2012, assim como, a avaliação do desempenho dos PAPs, a identificação e discussão dos desafios para o futuro.

O QAD dos PAPs 2012-2013 foi aprovado na Reunião da Planificação de 2012 e contém 23 indicadores e metas, dos quais os indicadores: (i) **1,2,3 e 4** são **exclusivamente relacionados com o AGO**; (ii) **5 – Composição do Portfolio**; (iii) **6, 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 14 – Previsibilidade e Transparência**; e (iv) **15, 16, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 – Harmonização e Alinhamento**.

No decorrer do processo, realizou-se no dia 25 de Janeiro de 2013, no Ministério da Planificação e Desenvolvimento, uma sessão técnica na qual foram convidados os PAPs e MAs para se esclarecer algumas dúvidas sobre o preenchimento do questionário. Realizou-se

outra sessão no dia 25 de Março de 2013, para clarificar algumas discrepâncias dos resultados preliminares.

Após a recepção dos questionários e a consolidação dos dados, foram realizadas (5) entrevistas individuais com os membros da TROIKA + (Dinamarca, Canadá, Banco Mundial, Itália e União Europeia).

O relatório de 2012 inclui ainda uma análise dos Fundos Comuns (FCs), dada a importância do volume da ajuda canalizada aos 13 Fundos Comuns (19% da ajuda ao GdM em 2012), bem como o número de Sectores e Agências de Desenvolvimento envolvidas. A análise dos FCs visa conferir á avaliação algum pendor qualitativo, que vá para além da mera análise numérica dos fluxos de ajuda.

Pela primeira vez, o relatório inclui uma análise sobre a eficiência da Ajuda ao Nível descentralizado. Foi desenvolvido um questionário para as representantes das Direcções Provinciais do Plano e Finanças (DPPF) que se encontra em anexo 10 que contém perguntas-chaves relacionadas com o comportamento dos Parceiros ao nível das Provincias.

Os Termos de Referência da Revisão Anual 2013 indicam também que os Grupos Temáticos devem reportar sobre o desempenho dos Parceiros na sua respectiva Área Temática.

De referir que, todos os valores apresentados neste documento são expressos em Dólares Americanos (USD) e foram aplicadas as taxas de câmbio médias de 2012, facultadas pelo Banco de Moçambique².

² As taxas de câmbio aplicadas são: Dólar Canadiano: 1.00; Franco Suíço: 0.94, Coroa Dinamarquesa: 5.78, Coroa Sueca: 6.77 e Euro: 0.78

2. Evolução do Volume da Ajuda e a Composição do Portfólio

2.1 Evolução do volume total da ajuda

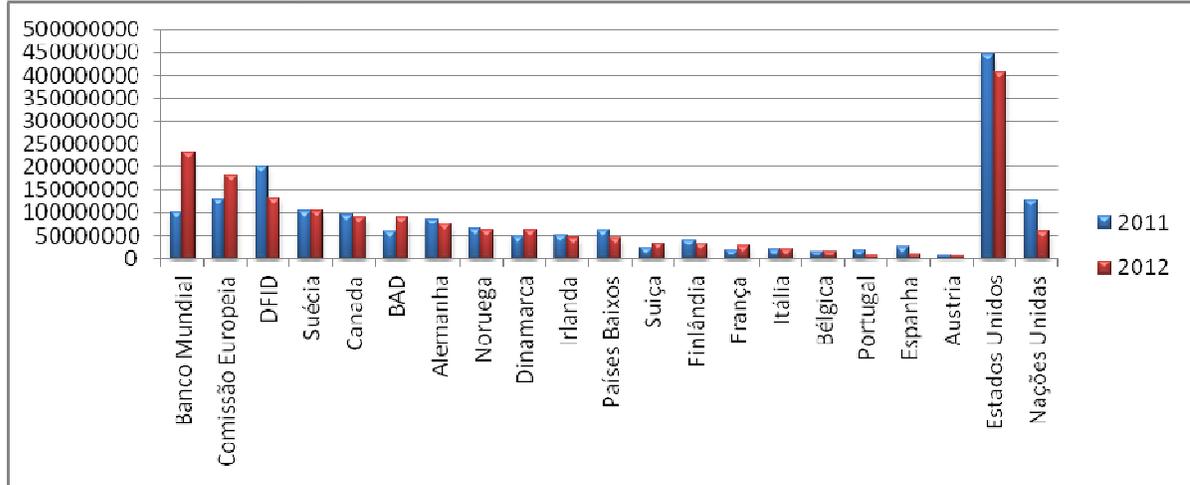
As evoluções individuais do volume da ajuda dos PAPs estão representadas a seguir na tabela 1 e Gráfico 1, os quais estão organizados por volume total de ajuda desembolsada em 2012.

Em relação a **evolução global da ajuda** dos 21 parceiros (PAPs e Associados) constatou-se que o volume total aumentou de **1,728** mil milhões de USD, em **2011**, para **1,729** mil milhões de USD, em **2012**, correspondendo a um incremento percentual de 0,1%. De referir que, excluindo os membros associados, o volume total (dos 19 parceiros) cresceu em 108 Milhões de USD, representando um incremento de cerca de 9% (2012: 1.264 mil milhões de USD e 2011: 1.156 mil milhões de USD). De salientar que, nota-se um decréscimo notável da contribuição providenciada pelos Membros Associados, no valor de 106,8, correspondente a 19% do total da ajuda desembolsada em 2012 pelos PAPs e Membros Associados. Em termos absolutos equivale a 465 Milhões de USD desembolsados pelos Membros Associados contra os cerca de 572 desembolsados em 2011.

Tabela 1 – Comparação do Volume Total de Ajuda (desembolsada) a Moçambique 2011 - 2012 dos PAPs e Membros Associados – em Mil Milhões de USD

PAP	Nr.	Volume total 2011	%	Volume Total 2012	Variação	%
Banco Mundial	1	101,379,300	6%	231,740,253	130,360,953	129%
Comissão Europeia	2	128,419,479	7%	181,238,522	52,819,043	41%
DFID	3	200,126,579	12%	131,834,915	-68,291,664	-34%
Suécia	4	104,186,944	6%	102,662,006	-1,524,938	-1%
Canada	5	96,152,363	6%	91,094,404	-5,057,959	-5%
BAD	6	57,987,668	3%	89,399,171	31,411,503	54%
Alemanha	7	84,938,721	5%	74,450,193	-10,488,528	-12%
Noruega	8	64,890,710	4%	61,526,340	-3,364,370	-5%
Dinamarca	9	47,982,802	3%	61,125,293	13,142,491	27%
Irlanda	10	50,133,300	3%	47,115,306	-3,017,995	-6%
Países Baixos	11	60,616,666	4%	45,416,657	-15,200,009	-25%
Suíça	12	23,044,945	1%	33,855,602	10,810,657	47%
Finlândia	13	40,144,411	2%	31,515,154	-8,629,257	-21%
França	14	17,510,091	1%	26,280,641	8,770,550	50%
Itália	15	18,423,865	1%	20,111,201	1,687,336	9%
Bélgica	16	13,516,414	1%	13,761,985	245,571	2%
Portugal	19	16,658,356	1%	7,659,691	-8,998,665	-54%
Espanha	17	24,765,832	1%	8,643,083	-16,122,749	-65%
Áustria	18	5,528,157	0%	5,334,146	-194,011	-4%
Total G19		1,156,406,602	67%	1,264,764,563	108,357,961	9%
Estados Unidos	20	445,524,859	26%	406,549,211	-38,975,648	-9%
Nações Unidas	21	126,532,847	7%	58,680,573	-67,852,274	-54%
Total MA		572,057,706	33%	465,229,784	-106,827,922	-19%
Total G19+MA		1,728,464,308		1,729,994,347	1,530,038	0.1%

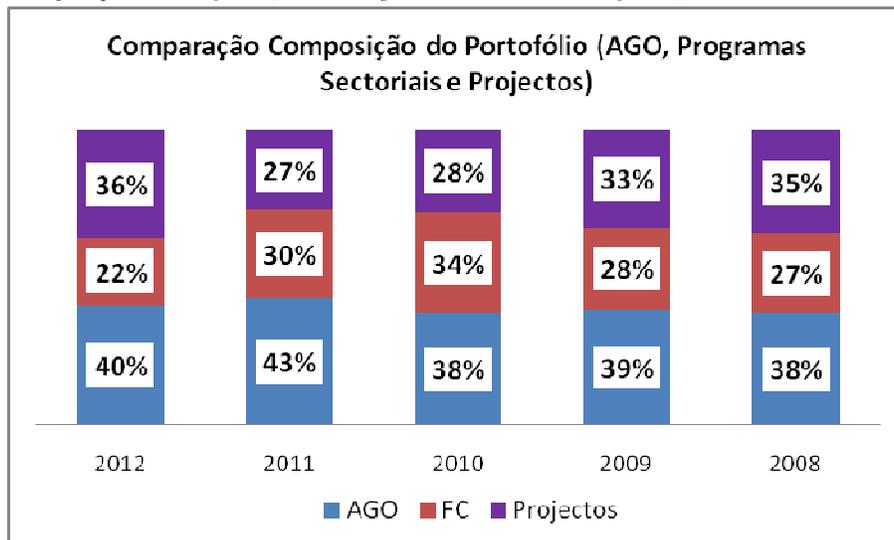
Gráfico 1 - Comparação do Volume de Ajuda Total desembolsada a Moçambique no período de 2011 - 2012 pelos PAP e Membros Associados, em Milhões de USD



2.2 Evolução da Composição do Portfólio (AGO, FC e Projectos)

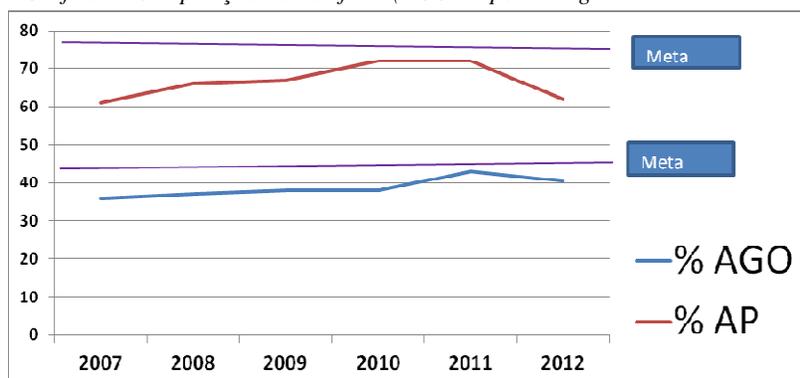
No que concerne a **composição do portfólio dos 19 PAPs**, conforme ilustrado no Gráfico 2, registou-se uma ligeira mudança em 2012, tendo em conta que a percentagem da ajuda para o GdM que é desembolsada através de **AGO** diminuiu quando comparado com 2011, (43%), contra 40,4%, em 2012). O volume da ajuda destinada aos **Programas Sectoriais** decresceu de 30%, em 2011, para 22%, em 2012. Por outro lado, o volume da ajuda ao GdM desembolsada através dos **Projectos** aumentou de 27%, em 2011, para 36% em 2012. Assim, os desembolsos dos projectos superaram os desembolsos dos programas sectoriais (contratio ao 2011 e 2010).

Gráfico 2: Composição do Portfólio (AGO, Programas Sectoriais e Projectos) PAPs sem Membros Associados



O Gráfico 3 revela um cenário que pode ser prenúncio de uma gradual mudança no comportamento dos fluxos de AOD ao Governo em Moçambique. Constatase que ao longo do último quinquénio, a proporção de AGO e AP sobre o total de AOD ao Governo, teve uma evolução tendencialmente crescente. Entretanto, em 2012 regista-se pela primeira vez uma redução da proporção de ambas modalidades.

Gráfico 3: Composição do Portfólio (AGO e Apoio Programático 2007-2012)



A tabela 2 apresenta a diferença entre os valores comprometidos e desembolsados para as modalidades de AGO e Fundos Comuns. Assim, a diferença entre os valores comprometidos e desembolsados do Apoio Geral ao Orçamento é de 37% e para os Fundos Comuns 20%. Por conseguinte, o valor desembolsado superou o comprometido na ordem de 31%. Este diferença esta justificado maioritariamente pelo fluctuacao da taça de cambio. O indicador 6 do qual o analise e realizado no seguinte capitula irá evidenciar as diferenças aplicando a mesma taxa de cambio (para os compromissos e desembolsos).

Tabela 2 – Comparação do Volume Total de Ajuda (desembolsada) a Moçambique em 2012 dos PAPs e Membros Associados – em Milhões de USD

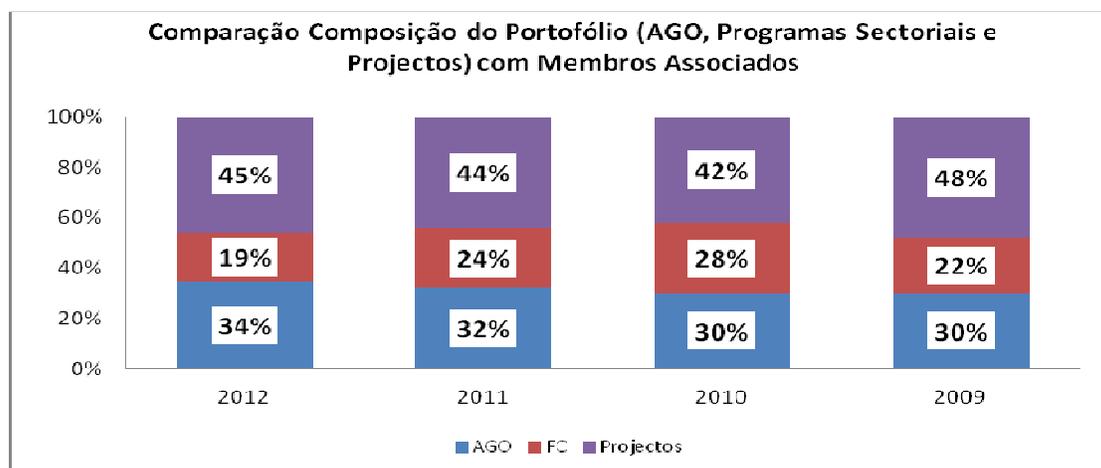
	Comprometido	Desembolsado	Diferença	%
AGO	327.022.265	449.329.423	122.307.158	37%
FCs	210.474.118	252.714.030	42.239.912	20%
Total	537.496.383	702.043.453	164.547.070	31%

* **Nota:** O valor dos compromissos constitui o valor anunciado durante a Revisão Anual de 2012, com a taxa de câmbio aplicada para o anúncio dos compromissos em 2011. Os desembolsos estão reflectidos com a taxa de câmbio médio de 2012, tal como indicado no capítulo da metodologia. Quanto comparado

Com a inclusão dos Membros Associados (Gráfico 4), a **composição do portfólio** muda significativamente, sendo 45% da ajuda total destinada para Projectos, 19% para Programas Sectoriais e 34% em AGO conforme representado no gráfico 3 abaixo. Esta mudança da modalidade preferencial de AGO para Projectos explica-se pelo facto dos Membros Associados usarem maioritariamente a modalidade de projectos e pela tendência de alguns PAPs optarem, cada vez mais, pelos projectos. Note-se porém que não obstante o crescente retorno da retórica apologista da modalidade de “Projectos”, há indicações de que uma parte

dos parceiros está decididamente apostada no reforço dos sistemas nacionais na base da canalização dos seus recursos através dos mesmos.

Gráfico 5: Composição do Portfólio (AGO, Programas Sectoriais e Projectos) com Membros Associados



O Gráfico 6 representa a proporção da ajuda desembolsada nos Fundos Comuns em 2012, desagregada por Fundo Comum. Conforme se pode depreender, a maioria dos recursos são canalizados a dois Fundos Comuns, nomeadamente o FASE (Educação) e o PROSAUDE, totalizando 65% (com 33 e 32% respectivamente) seguidos do PRISE com 8% para cada um. Estes níveis de injeção financeira no sector da Educação, na Saúde e infra-estruturas rodoviárias, revelam em parte, um notável esforço do alinhamento dos parceiros com Governo sobre os sectores prioritários, complementando com reformas estruturais através do UTRAFE.

Entretanto, a conjuntura actual do País impõem maior desafios de reforço aos Sectores Produtivos através de apoio institucional. Portanto, urge repensar-se nos volumes de financiamento a este segmento que continua relativamente negligenciado pelas opções dos PAPs, um exemplo é o caso do Fundo Comum para Agricultura (PROAGRI), com apenas 2% do total de desembolsos efectuados nesta modalidade.

Gráfico 6: Peso Relativo dos Fundo Comuns no Total de Desembolsos dos Programas Sectoriais

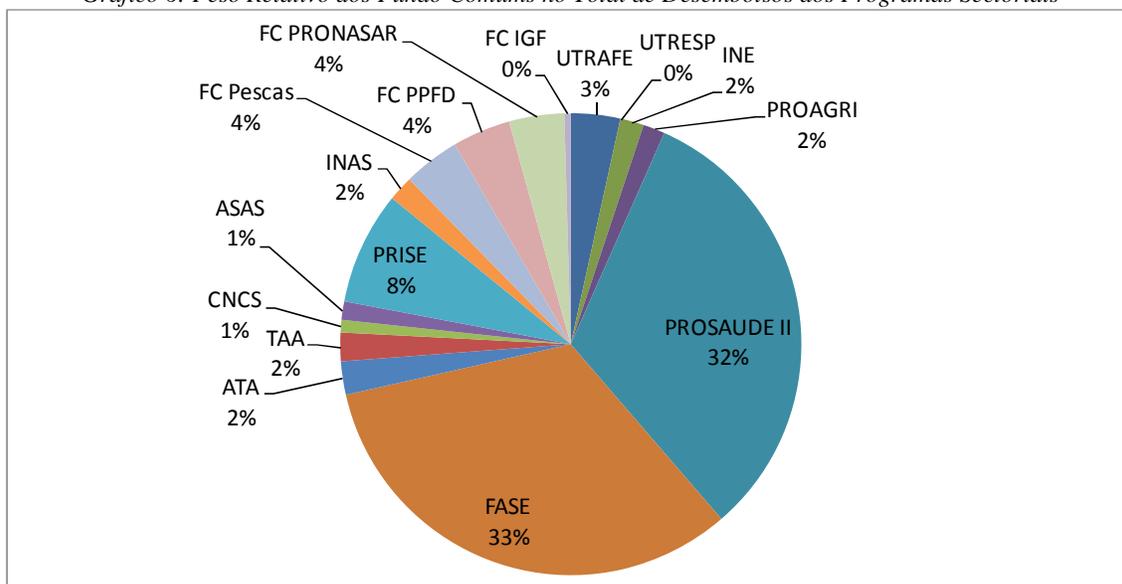
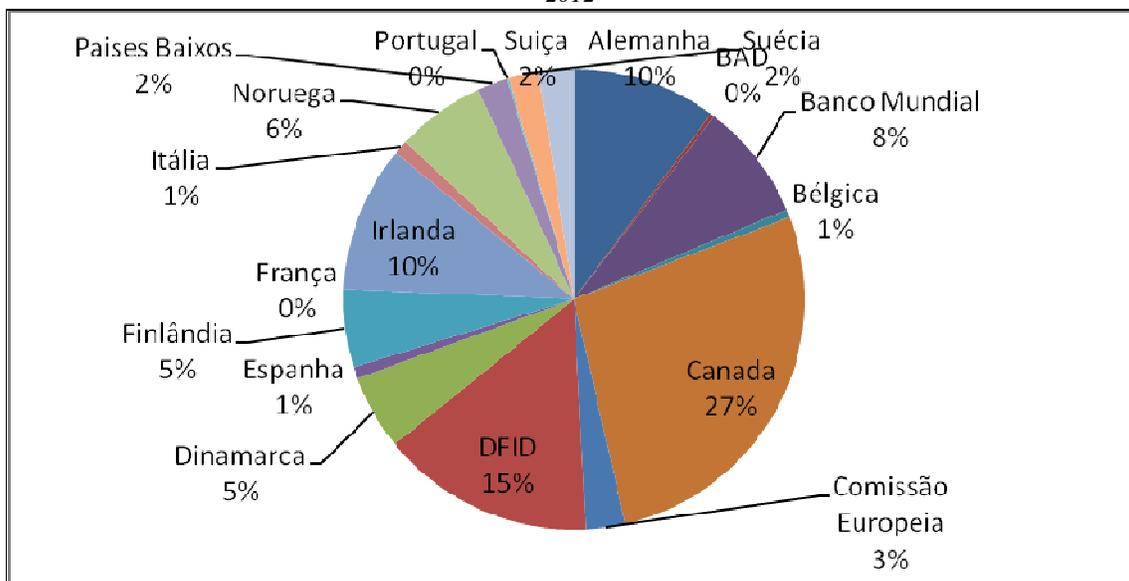
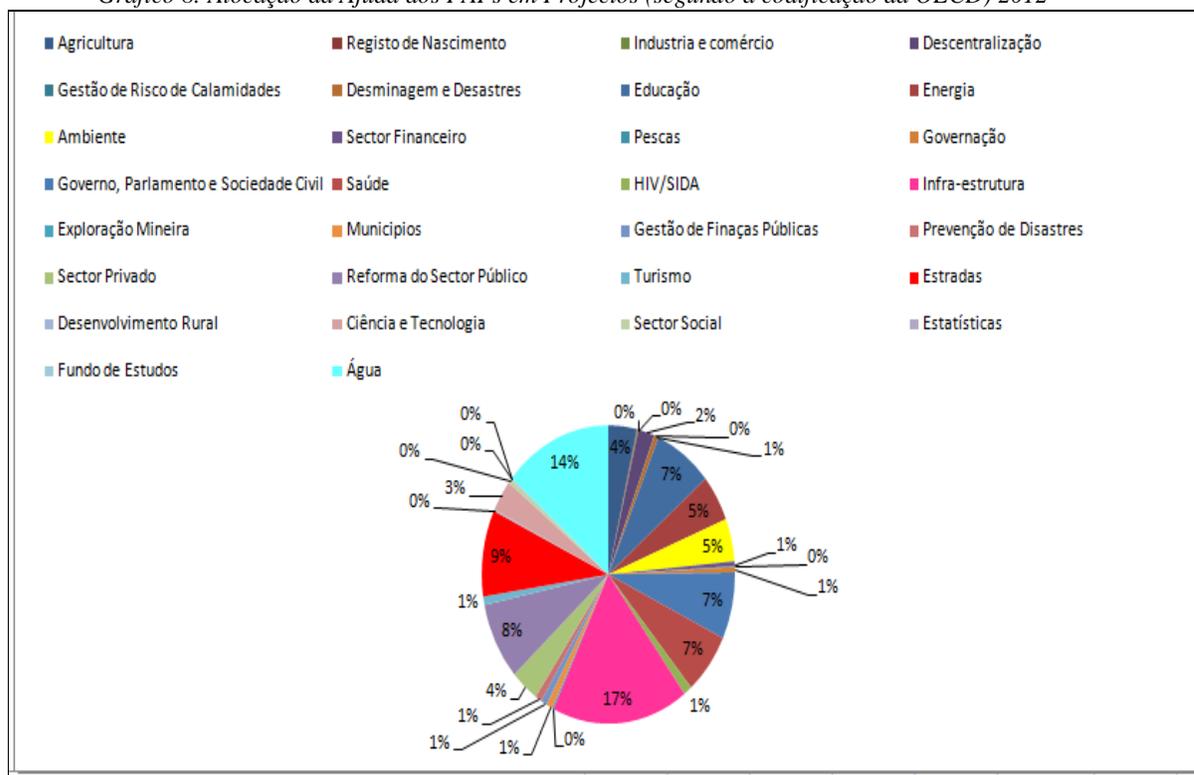


Gráfico 7: Contribuição dos PAPs para o fluxo de financiamento dos Fundo Comuns 2012



De acordo com o gráfico 7, do volume da ajuda desembolsada por Parceiro aos Fundos Comuns, em 2012, destacam-se como maiores contribuintes os seguintes parceiros: Canadá (27%) e DFID (15%), seguidos de Alemanha e Irlanda ambos com 10 %.

Gráfico 8: Alocação da Ajuda dos PAPs em Projectos (segundo a codificação da OECD) 2012



O gráfico 8, demonstra que um volume significativo da ajuda dos PAPs em Projectos, é canalizada para os sectores de Infra-estruturas (17%), Águas (14%) e Estradas (9%). Novamente constata-se que pouco é alocado aos sectores produtivos.

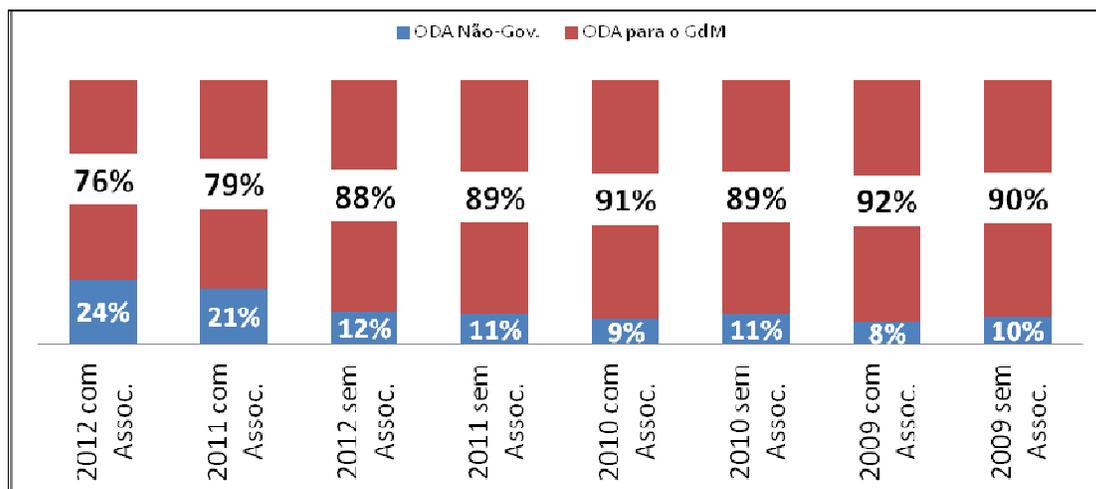
2.3 Os Recipientes da Ajuda

A leitura do gráfico 9, referente aos anos 2009 a 2012, pode sugerir uma redução gradual dos fluxos de ajuda canalizada ao Governo ao longo dos últimos 4 anos. Entretanto, seria muito precipitado concluir haver uma mudança de perspectiva da parte dos PAPs em favor de actores não Estatais. Antes pelo contrário, esta tendência não é mais do que uma consequência do crescente peso relativo dos MAs sobre o volume agregado de AOD ao País. Basta se recordar que os E.U.A (um dos MA) é, de longe, o maior Parceiro em termos de volume de AOD ao País, e que canaliza a sua ajuda maioritariamente através de actores não Estatais.

Para confirmar a validade deste argumento, basta verificar que entre 2009 e 2012, a variação inter-anual média da AOD canalizada ao Governo (**SEM MAs**) foi de **apenas** 0.67 pontos percentuais negativos. Ora, **incluídos os MAs**, a variação inter-anual média da ODA canalizada ao Governo é de 5.3 pontos percentuais negativos.

Portanto, é plausível e satisfatório concluir que em geral, a confiança dos PAPs no Governo continua estável e o seu posicionamento em relação a fiabilidade das instituições do Estado não mudou de forma significativa pelo menos até 2012.

Gráfico 9: Proporção do Volume da Ajuda ao Governo e Entidades Não Estatais (2009-2012)



Associados ao gráfico 9 acima, estão os dados facultados pelos PAPs relativos a ajuda providenciada às Organizações Não-Governamentais nacionais e internacionais (resumidamente apresentados na tabela 3 e gráfico 10). Estes dados prestam-se para uma não menos frutífera análise.

Um dos factos que imediatamente ressalta deste quadro, é o facto de que a grande fatia do bolo que os 21 Parceiros (PAPs + MAs) disponibilizam em ajuda destinada a *Entidades Não Estatais* (cerca de 81%) é canalizada através das ONGs Internacionais. Não obstante os Parceiros sustentarem que a ajuda desembolsada através de ONGs Internacionais seja em última instância canalizado as ONGs Nacionais ou destinada a providenciar os serviços de apoio ao desenvolvimento aos sectores (Saúde no caso da USAID), a preferência dos parceiros por este padrão de canalização de ajuda pode alimentar ou suscitar uma reflexão potencialmente interessante em torno daquilo que são as percepções que os diversos *stakeholders* (incluindo os parceiros), têm em relação a qualidade das OSC Moçambicanas ou em relação a fluxo de recursos para o País e a beneficiarem os próprios Parceiros.

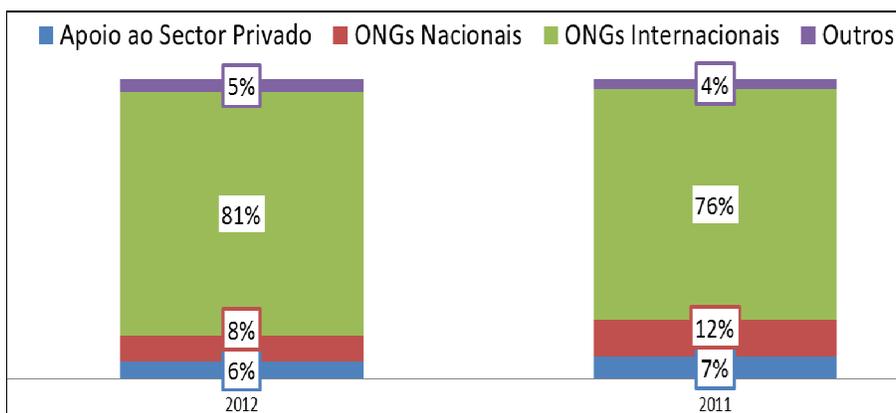
Tabela 3 – Comparação do volume de ajuda (desembolsada) a Entidades Não Estatais em 2012 pelos PAPs e Membros Associados – em milhões de USD

AOD não-Gov.	19 PAPs	%	19 PAPs +Mas	%
Sector privado	24.513.020	16%	24.513.020	6%
ONGs Nacionais	29.481.875	19%	35.529.990	8%
ONGs Internacionais	79.611.822	53%	338.686.904	81%
Outros*	18.015.065	12%	19.590.733	5%
Total:	151.566.528	100%	418.265.393	100%

* Os outros incluem organizações de pesquisa, universidades, etc...

Neste segmento da AOD pormenorizado pela Tabela 10 e pelo gráfico 9 (Ajuda Não-governamental), destaca-se a contribuição da USAID que providencia 63% do volume total de Ajuda Não-Governamental. Note-se aqui a nítida diferença com os PAPs, cuja contribuição para Ajuda não-Governamental, mantém-se relativamente modesta: Suécia (5%), Nações Unidas (4%), DFID (3%), União Europeia (3%), Noruega (3%) e Países Baixos (3%).

Gráfico 10 – Comparação do Volume de Ajuda (desembolsada) a Entidades Não Estatais em 2012 pelos PAPs e Membros Associados - em milhões de USD



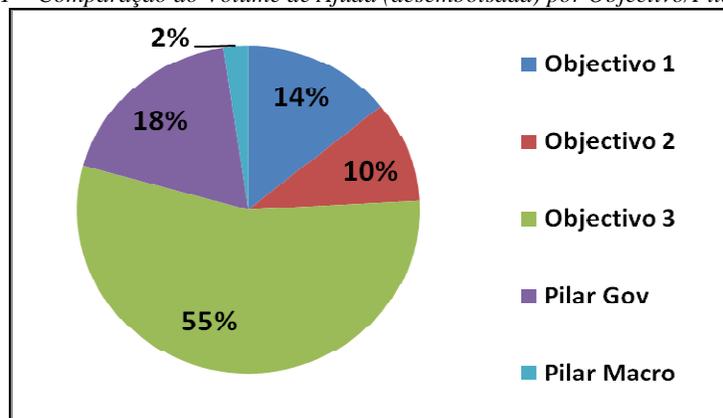
A avaliação procurou também analisar os níveis de alocação da ajuda dos PAPs por Objectivo/Pilar do PARP conforme ilustrado na tabela 4 e gráfico 11. Este exercício torna-se um tanto complexo se assumirmos que há sectores que se caracterizam sobretudo pela sua “transversalidade”, como é o caso das Infra-estruturas. Metodologicamente, a alternativa foi subdividir o total de fundos desembolsados para a área de infra-estruturas pelos três Objectivos, uma vez que, os investimentos relacionados com infra-estruturas (maioritariamente estradas), geram efeitos propulsores directos ou indirectos sobre os três Objectivos.

A conclusão a que se chegou, é consistente com as ilações tiradas da análise comparativa do peso relativo dos Fundos Comuns: a grande maioria dos recursos são destinados aos sectores ligados ao Desenvolvimento Humano e Social em detrimento dos sectores produtivos. Portanto, prevalece como um grande desafio o incremento dos fundos alocados a este segmento. Reflexo deste facto é o caso do Objectivo 2 do PARP (da Promoção do Emprego), em que os progressos registados até ao momento podem estar ainda a ser condicionados por este cenário.

Tabela 4 – Análise de alocação do financiamento dos Fundos Comuns e Projectos nas prioridades do PARP (em USD)

	FCs	%	Projectos	%	Total	%
Objectivo 1	31,077,006	13%	72,970,004	19%	104,047,011	16%
Objectivo 2		0%	59,596,451	15%	59,596,451	9%
Objectivo 3	182,353,695	73%	176,896,152	45%	359,249,847	56%
Pilar Gov	23,954,561	10%	78,446,706	20%	102,401,266	16%
Pilar Macro	11,190,768	5%	4,520,067	1%	15,710,835	2%
Total:	248,576,030	100%	392,429,379	100%	641,005,409	100%

Gráfico 11 – Comparação do Volume de Ajuda (desembolsada) por Objectivo/Pilar do PARP



3. Avaliação Quantitativa Global (com relação ao QAD 2012)

3.1. PAPs sem Membros Associados

Avaliação por componente

No que diz respeito aos indicadores **exclusivamente relacionados com o Apoio Geral ao Orçamento – AGO**, (indicadores 1, 2, 3, 4), cabe destacar que quanto ao **indicador 1**, os PAPs como grupo desembolsaram um total de 40,4%, em 2012, do portfólio da ajuda total ao GdM através da modalidade de AGO, que tinha como meta de 43%. Quando comparado com o ano de 2011, (43%), houve um ligeiro decréscimo na ordem de 2.6 pontos percentuais.

Quanto ao **indicador 2**, cabe indicar que 47% dos PAPs, ou seja 9 parceiros, desembolsaram atempadamente, o valor comprometido do AGO, contra 80% da meta prevista para 2012. Quando comparado com o ano de 2011, em que 11 PAPs (63%) cumpriram com a meta, houve uma redução de 16 pontos percentuais, significando que mais 3 PAPs não conseguiram cumprir com o calendário dos desembolsos em 2012.

No concernente ao **indicador 3**, referir que 68% dos PAPs reportaram que tem programas multianuais com pelo menos 3 anos de validade para a concessão de AGO e só 1 Parceiro (5% do total de PAPs) indicou ter programas multianuais rolantes, contra a meta prevista de 100% e de 22% , em 2012. Quando comparado com 2011 em que esta meta foi cumprida em 89%, constata-se uma acentuada redução de 21 p.p. Esta redução está em parte relacionada com a retirada da Belgica e da Holanda da modalidade de AGO. Para além disso, a Alemanha, a Austria e Portugal revelaram ter programas com duração inferior a 3 anos. De referir que 1 Parceiro (União Europeia) tem o respectivo acordo bilateral no seu *websites* publicamente acessíveis, facto que constitui uma boa prática no quadro da transparência.

Relativamente ao **indicador 4 sobre a aderência dos PAPs aos condicionalismos comuns de AGO**, importa sublinhar que 16 PAPs cumpriram com a meta estabelecida, traduzindo um cumprimento como grupo de 84%, contra a meta de 100%, em 2012. Quando comparado com o ano de 2011, (96%), registou um decréscimo na ordem de 21 p.p. Note-se que este indicador agrega duas componentes que estavam no QAD anterior desagregados em dois

indicadores distintos (**% das PAPs que tem exceções no anexo 10; e aderência dos PAPs aos condicionalismos comum**). Quanto ao número de Parceiros vinculados ao anexo 10, os resultados são iguais aos do ano anterior, prevalecendo a Comissão Europeia e o Banco Mundial como os PAPs com exceções documentadas no Anexo 10. No exercício 2012, a Alemanha aplicou um condicionalismo, ao não efectuar o desembolso do valor total para o qual se comprometeu em 2011. No que se refere ao ano em análise (2012), apenas um Parceiro (Espanha), não desembolsou o seu valor comprometido em 2011, por razões ligadas á crise económica e financeira no seu País.

Resumindo sobre o componente de **Indicadores exclusivamente relacionados com o AGO 2012, podemos aferir que nenhum indicador foi cumprido e o desempenho piorou em todos os indicadores. Apenas o indicador 4 sobre a Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO, conforme indicado no MdE, manteve o mesmo desempenho que o ano passado.**

Tabela 5: Avaliação do desempenho dos PAPs - Indicadores exclusivamente relacionados com o AGO 2012

INDICADORES	Indicadores exclusivamente relacionados com o AGO			
	1	2	3	4
	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de AOD desembolsado ao Governo.	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE
Meta Grupo 2012	43%	80%	100% - 22%	100%
Realizado grupo 2012	40,4%	47% (9 PAPs cumpriram)	86% - 5%	84% (16 PAPs)
Pont. grupo 2012	2	0	1	2
Pont. Maxima	3	3	3	3
Realizado grupo 2011	43%	63% (11 PAPs cumpriram)	89%	95%

No que diz respeito ao principio da **Composição do portfólio**, monitorado exclusivamente pelo indicador 5 (percentagem de Ajuda Programática no total de AOD ao Governo), os PAPs como grupo não conseguiram atingir a fasquia de 75% estabelecida como meta para 2012, tendo decrescido acentuadamente os desembolsos para apoio programático para 63% em 2012 contra 72% atingida em 2011.

Quanto a **previsibilidade e transparência**, monitoradas pelos indicadores (6 a 14), os PAPs não alcançaram as respectivas metas. Relativamente a **previsibilidade a curto prazo**, indicadores (9 e 12) monitoradas denota-se igualmente que os PAPs não alcançaram as previstas metas e todos indicadores pioraram o seu desempenho.

Quanto ao indicador 6 (% do desvio médio entre o apoio programático comprometido e o desembolsado), que tenta medir em que medida os PAPs desembolsam os seus compromissos realizados no ano anterior, foi de apenas 3% para o ano de 2012.

Quando aos detalhes deste desvio, observa-se, na tabela 6, os Parceiros que não desembolsaram os valores comprometidos para o Apoio Programático, destaca-se a Espanha que não desembolsou os valores comprometidos para AGO e desembolsou parte do compromisso para o FC ProSaude. Ademais o Banco Mundial, a União Europeia a

Dinamarca, Itália e a Suécia desembolsaram menos do que foi comprometido. Estas reduções foram contrabalançadas por incrementos dos desembolsos por parte do DFID, Noruega, Países Baixos e Suíça.

Tabela 6: Parceiros para os quais houve registo de desvios entre fundos comprometidos e fundos desembolsados para Apoio Programática 2012

	Valor Comprometido	Valor Desembolsado	% do Desvio
Banco Mundial	129,383,951	128,229,570	-1%
União Europeia	91,480,769	79,301,282	-13%
DFID	106,126,984	112,124,582	6%
Dinamarca	26,608,997	23,142,249	-13%
Espanha	15,384,615	1,923,077	-88%
Finlândia	24,320,000	21,760,000	-11%
Itália	12,282,692	7,476,920	-39%
Noruega	32,874,870	37,816,013	15%
Países Baixos	28,557,693	30,320,513	6%
Portugal	2,243,590	2,243,590	0%
Suécia	52,350,020	50,758,973	-3%
Suíça	9,468,085	13,457,447	42%
TOTAL	724,477,260	701,949,210	-3%

Em relação ao indicador 7, dos compromissos feitos dentro das 4 semanas após a RA, dos 19 PAPs, 13 fizeram os seus compromissos dentro do período o que corresponde a uma realização de 68%. Referir que dos 6 PAPs que não fizeram os seus compromissos, 2 PAPs, nomeadamente a Bélgica e os Países Baixos não o fizeram por terem já anunciado a sua retirada da modalidade de Apoio Geral ao Orçamento. Por sua vez, a Espanha não anunciou os compromissos devido a crise financeira e os restantes 3 (Alemanha, Suíça e Suécia) atrasaram no anúncio dos compromissos para o ano de 2013 devido as negociações dos acordos bilaterais.

O indicador 8 é novo no QAD dos PAPs, e propõem-se a medir o cumprimento do calendário dos desembolsos para os Fundo Comuns. Para 2012 apenas 14% do total de desembolsos programados para os FC foram efectuados **Dentro do Mês** de acordo com a programação mensal dos desembolsos acordada com o Governo.

Tabela 7: Disposição dos Desembolsos dos PAPs aos Fundos Comuns vs Calendário de Desembolsos

Fundo Comuns	Dentro do Mes	Dentro do Trimestre	Fora do Trimestre	Sem calendario	Total
PROSAÚDE	13%	32%	55%		100%
HIV/SIDA-CNCS	20%	0%	80%		100%
INAS	50%	0%	21%	29%	100%
FASE	0%	49%	18%	33%	100%
Tribunal Administrativo	20%		36%	43%	
SISTAFE/CEDSIF	54%		18%	28%	100%
Autoridade Tributária	21%	0%	58%	21%	100%

<i>IGF</i>	0%	0%	100%	0%	100%
<i>PNPFD</i> (<i>Descentralização</i>)	0%	0%	100%	0%	100%
<i>INE</i>	35%	59%	4%	1%	100%
<i>PESCAS</i>				100%	100%
<i>AGRICULTURA/PROA</i> <i>GRI</i>		58%		42%	100%
<i>ASAS</i>		0%	100%	0%	100%
<i>PRONASAR</i>	32%	0%	33%	34%	100%
<i>PRISE</i>	-	-	-	-	

Tabela 8: Disposição dos Desembolsos dos PAPs dos Fundos Comuns vs Calendário de Desembolsos por Parceiro

PAPs	Dentro do Mês	Dentro do Trimestre	NAO	Sem Calendario	
Alemanha	0%	0%	100%	0%	100%
Áustria	0%	100%	0%	0%	100%
Banco Mundial	0%	0%	0%	100%	100%
Bélgica	100%	0%	0%	0%	100%
Canada	1%	2%	91%	6%	100%
União Europeia	0%	0%	14%	86%	100%
DFID	72%	21%	0%	8%	100%
Dinamarca	11%	0%	4%	85%	100%
Espanha	0%	0%	0%	0%	0%
Finlândia	10%	45%	10%	34%	100%
Irlanda	24%	24%	24%	24%	98%
Itália	37%	41%	0%	23%	100%
Noruega	18%	0%	20%	63%	100%
Países Baixos	0%	0%	66%	34%	100%
Portugal	0%	0%	0%	100%	100%
Suécia	0%	0%	16%	84%	100%
Suiça	0%	0%	100%	0%	100%
Total:					

Em relação ao **indicador 9**, 10 PAPs (correspondente a 53%), tem acordos multianuais maior ou igual a 3 anos sobre FC, 7 PAPs não tem acordos multianuais com validade de pelo menos 3 anos e apenas 2 não aplicam a modalidade dos Fundos Comuns (França e BAD).

Quanto ao **indicador 10** “% do AOD do ano *n* dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com AOD ao Governo programado para o ano fiscal”, importa referir que 125% do valor programado para 2012 estava inscrito no Orçamento do Estado (OE) . Em relação a meta prevista para 2012 (≥ 95 e $\leq 105\%$), o desempenho foi negativo (não contribuiu para a pontuação), o que significa que o desempenho dos PAPs neste indicador reduziu, se comparado com o ano de 2011, em que se situou na ordem dos 99%.

No que diz respeito ao **indicador 11**, cerca de 78% de AOD desembolsada foi registada no REO, apresentando-se abaixo da meta ≥ 95 e $\leq 105\%$, o que significa que os PAPs como grupo não alcançaram a meta. Quanto ao ano 2011, a avaliação não foi aplicável dado o indicador não fazia parte do QAD.

No que tange ao **indicador 12** (*% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz*) os PAPs conseguiram registar 68% das suas previsões, mantendo-se aquém da meta estabelecida para 2012 (≥ 95 e $\leq 105\%$). Tal como o indicador anterior, o indicador 12 foi apenas introduzido em 2012, pelo que a comparação com o desempenho dos PAPs no ano transacto não é exequível. França (com 101%) e a Canada (com 96%) são os únicos Países que conseguiram cumprir a meta.

Quanto ao **indicador 13**, cerca de 68% dos PAPs *incluíram correctamente os seus desembolsos no ODAMOZ*. Ora, este desempenho mantém-se abaixo da meta estabelecida ≥ 95 e $\leq 105\%$, para o ano em causa, 2012. A análise comparativa com o ano 2011 não foi efectuada dado que o indicador não fazia parte do QAD. França (100%), Dinamarca (com 101%) e a Suíça (com 100%) são os únicos Países que conseguiram cumprir a meta.

Outro indicador cujo desempenho esteve aquém da meta é o **indicador 14**, dado que apenas 11 PAPs (58% dos PAPs) enviaram atempadamente a informação consolidada sobre o seu desempenho. Desta forma, pode-se em geral considerar que os PAPs conjuntamente, não submeteram informação relativa ao seu desempenho dentro do prazo estabelecido. Este é um dos indicadores recentemente introduzidos no QAD e que não foi medido em 2011.

Tabela 9: Avaliação do desempenho dos PAPs – previsibilidade 2012

Nr.	Composição do Portfólio	Previsibilidade e Transparência								
		6	7	8	9	10	11	12	13	14
INDICADOR	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsada ao Governo.	Evolução do valor total de apoio programático (AP) do ano n em relação aos compromissos feitos no ano n-1	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	% do AOD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	AOD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMOZ	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada
Meta Grupo 2012	75%	< 10%	100%: 3 >90%: 1	50%	80%	≥ 95 e $\leq 105\%$	≥ 95 e $\leq 105\%$	≥ 95 e $\leq 105\%$	≥ 95 e $\leq 105\%$	SIM: 1
Realizado grupo 2012	63%	-3%	68%	14%	53%	125%	78%	68%	68%	NAO

Pont. grupo 2012	2	1	0	0	0	1	0			0
Pont. Maxima	4	1	3	3	2	2	1	1	1	1
Realizado grupo 2011	72%	N/A	84%	N/A	N/A	99%	N/A	N/A	N/A	N/A

No que tange ao princípio **Alinhamento e Harmonização**, monitorado pelos indicadores (15 a 23), cabe referir que todas as metas desta componente não foram cumpridas. Contudo, importa igualmente salientar que foram nesta componente introduzidos dois novos indicadores (15 e 21) pelo que não será aplicável a comparação com o ano transacto. Comparando o desempenho dos indicadores relacionados com o uso dos sistemas nacionais (16, 17, 18, 19, 20, 22 e 23) em relação 2011, no geral o desempenho decresceu de forma acentuada. Assim, prevalece como grande desafio a melhoria dos indicadores desta componente.

Relativamente ao **indicador 15, Número de sectores de intervenção por PAPs**, considerou-se como fonte de informação o número de sectores para os quais os PAPs desembolsaram fundos através de projectos³. A análise revelou que os PAPs como grupo intervêm em média em 5 sectores. O QAD estabelece como meta do grupo, a intervenção numa média igual ou inferior a 4 sectores, pelo este desempenho revela haver ainda algum desafio na redução da dispersão da ajuda dos PAPs. Apenas 10 PAPs conseguiram cumprir com este indicador sendo designadamente: Áustria, Canada, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Irlanda, Itália, Países Baixos, Noruega e Suécia.

Quanto ao **Indicador 16**, referir que 66% dos PAPs canalizaram a sua ajuda através da Conta Única ao Tesouro (CUT) contra uma meta para 2012 de 80%. Quando comparado com o ano de 2011 em que a percentagem dos PAPs cuja ajuda ao Governo foi executada por via dos sistemas nacionais foi de 82%, conclui-se que o desempenho deste indicador registou uma redução de 16p.p. Esta redução está proporcionalmente ligada à redução da Ajuda canalizada através das modalidades programáticas.

No que tange ao **indicador 17** (% da AOD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros), os PAPs como um todo obtiveram 59%, contra a meta prevista de 70%, em 2012. Quando comparado com o ano de 2011, (67%), registou-se um decréscimo em cerca de 8p.p.

Sobre o **indicador 18**, destacar que 44% da Ajuda dos PAPs foi auditada usando os procedimentos nacionais, contra a meta de 55%, em 2012. Quando comparado com 2011, (54%), houve um decréscimo em cerca de 10pp. Isto está ligado ao decréscimo da proporção de ajuda desembolsada através de AGO, que é a modalidade que não exige nenhum relatório adicional.⁴

³ Foi impossível aplicar a fonte de Informação estabelecida pela Nota Técnica por 2 razões: (1) Nem todos os Parceiros são incluídos no Mapa de Divisão de Trabalho. É portanto, pertinente que se alargue este exercício para todos os PAPs. (2) O Mapa de Divisão de Trabalho elaborado pela União Europeia, providencia informação sobre os sectores de concentração e não de intervenção. Será necessário realinhar o alcance do Mapa.

⁴ Importa referir que, na verdade os PAPs exigem a auditoria dos fluxos financeiros de AGO, que é realizada anualmente para os influxos de AGO recebidos pelo Governo.

Quanto ao **indicador 19**, referir que 57% da ajuda desembolsada pelos PAPs usou os sistemas nacionais de Procurement, contra a meta de 73%, em 2012. Quando comparado com 2011, (69%), decresceu ligeiramente em 4p.p.

Apesar do decréscimo do desempenho no uso dos sistemas nacionais ser explicado parcialmente pela redução na proporção de Apoio Programático, o cenário registado alerta para a necessidade de se reverem as razões deste desempenho, olhando para as responsabilidades tanto do Governo como PAPs.

No que concerne ao **indicador 20**, destacar que 75%, da ajuda em Projectos e Fundos Comuns, não impõem isenções fiscais, traduzindo um desempenho muito abaixo da meta de 95% estabelecida para 2012. Quando comparado com 2011, (86%), registou-se um decréscimo de cerca de 25p.p.

Quanto a componente de **Harmonização e Alinhamento**, consta como primeiro indicador o **Indicador 21**, do qual os PAPs como grupo realizaram um total de 158 missões em 2012. Portanto, o desempenho conjunto dos PAPs neste indicador esteve muito longe da meta estabelecida no QAD, para além do incremento em 15% no número de missões (de 137 em 2011 para 158 em 2012). Esta evolução no número de missões não deixa de ser preocupante ao se reparar que um total de 158 missões traduz na prática uma média de **1 missão por cada dia laboral**. Esta estatística ilustra *per si* o volume de custos de transação impostos aos Ministerios Coordenadores (que recebe a maioria das missões no País). O rácio médio entre este total de missões e o total de ODA desembolsada ao Governo é de 7.039.319 USD (ligeiramente abaixo do rácio do ano passado). Conforme a meta do QAD 2012, os PAPs deviam ter um número de missões igual ou inferior a 100 e um rácio de Missões por Volume de AOD ao Governo que fosse maior superior a 13 milhões USD. A meta ao nível individual para 2012, era de realizar um máximo de 2 Missões. Os países que cumpriram com esta meta são Áustria, Bélgica, Canada, Comissão Europeia, Dinamarca, Espanha, Irlanda, Noruega, Suécia e Suíça.

Em relação ao rácio entre o total de missões e o total de AOD desembolsada ao Governo, existe uma grande variação entre os Parceiros. Temos por exemplo, num extremo, Portugal com uma média de 1 missão para cada 745,332 USD desembolsado e, do outro extremo, a União Europeia que realiza uma missão para cada 83,175,473 desembolsados.

No que diz respeito ao indicador 22, importa referir que do total das missões realizadas pelos PAPs em 2012, 17% foram conjuntas/coordenadas. Esta realização está abaixo da meta estabelecida para 2012 que era de atingir um mínimo de 40% na proporção de missões conjuntas/coordenadas e representa uma diminuição do desempenho relacionado com o ano passado.

Sobre o **indicador 23**, importa referir que, os PAPs como grupo registaram em 2012 um total de 26 Unidades de Implementação de Projectos (UIPs) paralelas, contra uma meta de menos de 10 UIPs. No exercício 2011, haviam sido registadas 23 Unidades de Implementação de Projectos, tendo portanto havido em 2012 um acréscimo de 3 UIPs.

Importante ressaltar que o crescimento do número de Unidades de Implementação de Projectos Paralelos (PIUs) de 23 em 2011 para 26 em 2012 é influenciado pelo incremento de

números de Unidades Paralelas de Implementação de Projectos do Banco Mundial (de 16 para 21), Finlândia (de 0 para 1) e Portugal (de 0 para 1).

Tabela 10: Avaliação do desempenho dos PAPs – Alinhamento e Harmonização 2012

Harmonização e Alinhamento								
15	16	17	18	19	20	21	22	23
Número de sectores de intervenção por PAPs	% do AOD ao Govern o dos PAPs que utiliza a CUT	% da AOD que usa os procediment os nacionais de prestação de relatórios financeiros	% do AOD ao Governo desembolsad a pelos PAPs auditada usando apenas os procediment os nacionais de auditoria	% da AOD ao Governo desembolsa da pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de AOD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	Número de Unidades de Implementaç ão de Projectos (PIUs) paralelas
<4	80%	70%	55%	73%	95%	≤ 100 missoes e ≥ 13*10 ⁶ USD	>40%	<10
5	66%	59%	44%	57%	61%	158 missoes e 7*10 ⁶ USD	26%	26
0	0	0	0	0	0	2	0	0
2	2	2	2	2	1	0	1	2
N/A	82%	67%	54%	69%	86%	137 missões e 7*10 ⁶ USD	20%	23

Avaliação Global

Com base na informação disponível pode-se concluir que, comparado com o ano 2011, o desempenho dos PAPs como um todo registou uma queda significativa, refletindo uma pontuação individual em geral baixa dos membros do grupo. Os PAPs receberam apenas 9 dos 48 pontos possíveis, significando um desempenho de 18%. Este desempenho não somente é baixo, como também se traduz numa notável queda comparada com o ano de 2011 onde obtiveram um desempenho na ordem de 53% (19 dos 36 pontos possíveis). Porém, dado que o QAD aplicado para a Avaliação do ano 2012 é diferente, com novos indicadores, torna-se difícil fazer uma comparação directa dos dois anos (2011 e 2012).

Nestes termos, fazendo uma análise global, das 23 metas avaliadas em 2012, pode-se aferir o seguinte desempenho :

- 1 Meta (Indicador 6) foi atingida, equivalendo a 4% do total das metas;
- Nenhum indicador registou progressos; e
- 22 Metas (Indicadores 1, 5, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22) equivalendo a 39% mantiveram o seu desempenho ou registaram um declínio.
- Os restantes indicadores e respectivas metas (um total de 11 correspondente a 48%), foram alterados ou introduzidos no novo QAD pelo que não são passíveis de comparação com 2011.

Consequentemente, na base na **avaliação quantitativa** medida pelas metas alcançadas e em progresso, o GdM conclui que o desempenho dos PAPs , em 2012, foi FRACO.

Tabela 11 – Comparação do cumprimento das metas do QAD 2011 - 2012 dos PAPs

	2012		2011	
	Nr de Metas	%	Nr de Metas	%
Atingido	1	4%	6	32%
Progressos	0	0%	4	21%
Não atingido	22	88%	9	47%
Total	23	100%	19	100%

A tabela 1a do Anexo 2 mostra o desempenho dos PAPs como grupo relativo ao QAD dos PAPs 2012.

3.2. PAPs com Membros Associados

A tabela 1b do anexo 3, mostra o desempenho dos PAPs incluindo os Membros Associados sendo: Nações Unidas (NU) e Estados Unidos da America (EUA). A seguir faz-se uma análise na base dos três grandes princípios estruturantes do actual QAD dos PAPs.

Composição do Portfólio

As Avaliações dos anos anteriores mostram que já há prática que o desempenho da componente da Composição de Portfólio deteriora quando a análise inclui os Membros Associados (MAs). A explicação reside no facto de os MAs não canalizarem Fundos através da Modalidade de AGO. Desta forma, a proporção de ajuda desembolsada através do AGO reduz de 40% (apenas PAPs) para 34% (PAPs + MAs). O efeito dos MAs é igualmente extensivo para os Fundos Comuns. Apesar da contribuição das Nações Unidas para os Fundos Comuns do INE e do ProSAUDE, orçada em cerca de 4,14 Mil Milhões de USD, a proporção da ajuda desembolsada para os FCs reduz de 22 para 19% do total da AOD desembolsada ao Governo.

Tabela 12 – Comparação Composição do Portfólio 2012 sem e com Membros Associados

	PAPs	%	PAPs + MA's	%
Apoio Geral ao Orçamento (AGO)	449,329,423	40%	449,329,423	34%
Programas sectoriais – Fundos Comuns	248,576,030	22%	252,714,030	19%
AOD Programático	701,949,210	63%	706,087,210	54%
Outros Programmas	4,043,757	0%	4,043,757	
Projectos	402,243,676	36%	596,062,630	45%
Apoio ao Orçamento Provincial	8,225,364	1%	8,799,329	1%
Total AOD ao Governo	1,112,418,250	84%	1,310,949,169	76%
ODA não-Gov.				
<i>Apoio ao Sector Privado</i>	24,513,020	16%	24,513,020	6%
<i>ONGs Nacionais</i>	29,481,875	19%	35,529,990	8%
<i>ONGs Internacionais</i>	79,611,822	52%	338,686,904	81%
<i>Outros</i>	18,015,065	12%	19,590,733	5%
ODA não-Gov.	151,566,528	16%	418,265,393	24%
Total Global	1,264,040,032		1,729,269,816	

Previsibilidade & Transparência

Quanto á previsibilidade importa destacar que o desvio do valor total de apoio programático (AP) desembolsado no ano n em relação aos compromissos feitos no ano n-1, regista uma ligeira subida de 1 para 2% quando incluídos os MAs. Esta infima variação explica-se pelo facto de o volume de Ajuda Programática dos MAs ser relativamente muito baixa. Afinal de contas, do total da ajuda dos MAs, apenas o desembolso de 4,14 Mil Milhoes USD das Nações Unidas para Fundos Comuns é que constitui ajuda Programática.

Em termos absolutos, as NU haviam se comprometido a 5.12 Mil Milhoes de USD tendo desembolsado 4,14 Mil Milhoes, gerando um desvio de 26%, justificado por déficits de Tesouraria. Ora, importa também mencionar que UNICEF e UNFPA (as Agências em nome das quais as NU apresentaram os seus compromissos), não conseguiram cumprir com os calendarios de desembolso acordados.

Em relação ao indicador 12, relacionado com a transparência das provisões financeiras dos PAPs mediante a aplicação da ODAMOZ, nota-se que o desempenho baixa de 68% (apenas PAPs) para 61% quando incluídos com os Membros Associados.

No que se refere a Transparência é relevante destacar o excelente desempenho da USAID que conseguiu registar devidamente os seus desembolsos de 2012 (Indicador 13). A diferença entre os desembolsos efectivos e os desembolsos registados na ODAMOZ foi de apenas 1 %. Por sua vez, as Nações Unidas registaram apenas 58% dos seus desembolsos na ODAMOZ.

Graças ao facto de os Estados Unidos serem o maior parceiro de Moçambique em termos de Volume de Agregado de AOD, o excepcional desempenho da USAID no indicador 13, gera um impacto muito positivo na pontuação conjunta (PAPs + MAs). O desempenho do indicador melhora de 68% (apenas PAPs) para 76% com a inclusão dos MAs.

- ***Alinhamento e Harmonização***

A componente da harmonização e Alinhamento é se calhar a que mais se altera com a inclusão dos MAs na Avaliação. Dado que a proporção de Apoio Programático sobre o total de AOD ao Governo diminui de 63% (apenas PAPs) para 54% (PAPs + MAs), o uso dos sistemas nacionais é também automática e negativamente influenciado. Portanto, urge que os Membros Associados envidem maior esforços para a inclusão da sua ajuda nos sistemas do Governo.

Quanto ao número de sectores de intervenção, as NU intervém em 18 sectores e as EUA em 9 sectores. Esse número de sectores de intervenção, está bem acima da média dos sectores de intervenção dos PAPs que não vai para além dos modestos 5 sectores.

Um outro importante elemento da avaliação do desempenho dos PAPs na componente de Alinhamento e Harmonização é o volume de missões ao País. Os Membros Associados realizaram em conjunto 56 missões para o País (24 das EUA e 32 das NU), contra 32 no ano 2011. Desta forma, os Estados Unidos realizaram em média 1 missão para cada 6,3 Mil Milhoes USD Desembolsados e as Nações Unidas realizaram 1 missão para cada 1.5 Mil Milhoes de USD desembolsados. Estes dados *per si* ilustram a magnitude dos custos de transacção impostos pelos MAs ao Governo.

Ora um importante e positivo dado a reter é o facto de Nações Unidas realizarem privilegiarem no seu volume total de Missões, as Missões Conjuntas. 34% das 32 missões

organizadas pelas NU foram CONJUNTAS. Assim, a proporção de Missões conjuntas sobe de 17% (apenas PAPs) para 18% com os Membros Associados.

Quando as Unidades de Implementação de Projectos Paralelas (UIP), os EUA revelaram ter em funcionamento apenas uma UIP, sendo no caso a MCA. Este dado elevando o numero total de UIPs de 26 (PAPs) para 27 (PAPs + MAs).

Em geral, os PAPs com Membros Associados lograram obter na presente Avaliação apenas 1 ponto que corresponde a um cumprimento em 3% da pontuacao máxima (36 pontos.)

Com base nestas constatacoes, o GdM considera que o desempenho PAPs + MAs continua ainda “FRACO”, tal como nos últimos três anos.

3.3 Classificação dos PAPs com base nas avaliação quantitativo

3.3.1 Classificação dos PAPs por desempenho

Para as avaliações individuais foi aplicada a mesma metodologia utilizada nos anos anteriores pelos vários consultores contratados para realizar esta tarefa, de forma a assegurar a coerência dos resultados podendo-se analisar a evolução do desempenho dos PAPs comparado com os anos anteriores. Consequentemente, a tipologia da classificação utilizada em 2011 mantêm-se como se segue:

Critério	Classificação
≥ 70%	Muito Bom
< 70% e ≥60%	Médio Alto
<60% e ≥50%	Médio
<50% e ≥30%	Médio Baixo
< 30	Fraco

Com vista a potenciar ainda mais a base de dados sobre os recursos externos no país (Base de Dados ODAMOZ), o GdM decidiu introduzir no QAD dos PAPs dois novos indicadores ligados a ODAMOZ na perspectiva de estimular e melhorar o registo de informação dos compromissos e de desembolsos tendo em conta o ciclo de orçamentação e planificação do Governo tal como indicado no “Guião sobre os Recursos Externo”, uma vez que, são os parceiros que actualizam a base de dados, cabendo ao GdM assegurar maior fiabilidade possível da informação disponível.

Dado que o GdM pretende usar a base de dados como fonte de informação que possa alimentar o Cenário Fiscal do Médio Prazo (CFMP) e o Orçamento de Estado (OE), a fiabilidade dos dados torna-se assim um assunto prioritário. Importa portanto enaltecer ao Canada e a França pelo facto de terem actualizado devidamente os respectivos dados das provisões financeiras para 2013 conforme o “Guião sobre os Recursos Externo”.

Do total de 21 Parceiros (PAPs+MAs), nota-se que, em 2012, apenas 1 Parceiro (4%) conseguiu melhorar o seu desempenho, 10 Parceiros (48%), registaram um decréscimo na sua pontuação e os demais 10 Parceiros (48%), mantiveram o seu desempenho quando comparado com o exercício 2011. Destaque vai para o DFID e a Canada que conseguiu ter a pontuação mais alto de 34 pontos, seguidos da Irlanda (32), Noruega (32) e a Austria (31).

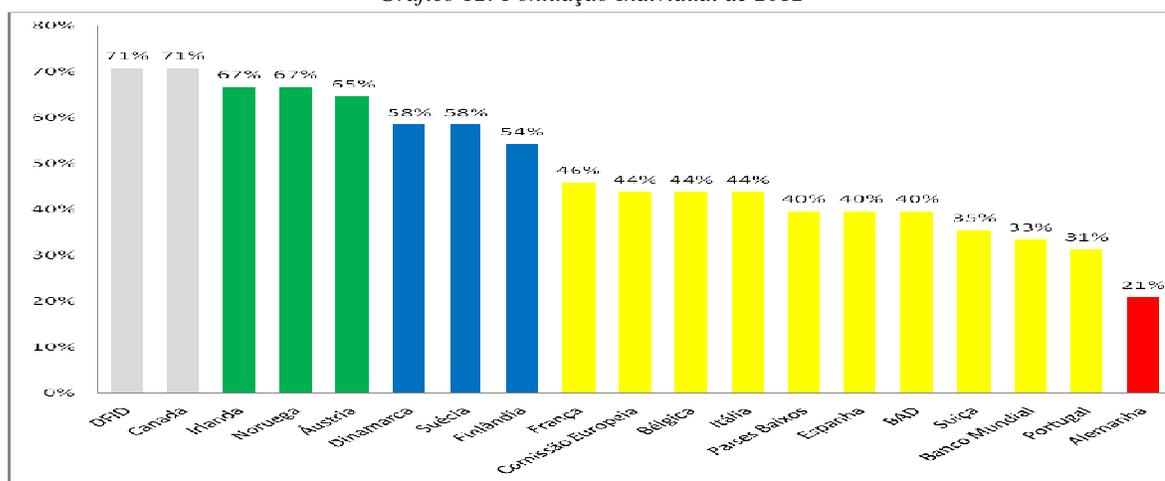
Este decréscimo é em grande parte justificado pela mudança da metodologia usada para avaliar os indicadores do novo Quadro de Avaliação do Desempenho.

Tabela 13: Resumo da Pontuação 2012

PAP	Nr.	Pontos	%	Classificação por
DFID	2	34	71%	<i>Muito Bom</i>
Canada	3	34	71%	<i>Muito Bom</i>
Irlanda	1	32	67%	<i>Médio Alto</i>
Noruega	4	32	67%	<i>Médio Alto</i>
Áustria	7	31	65%	<i>Médio Alto</i>
Dinamarca	5	28	58%	<i>Médio</i>
Suécia	6	28	58%	<i>Médio</i>
Finlândia	8	26	54%	<i>Médio</i>
França	10	22	46%	<i>Médio Baixo</i>
Comissão Europeia	9	21	44%	<i>Médio Baixo</i>
Bélgica	13	21	44%	<i>Médio Baixo</i>
Itália	15	21	44%	<i>Médio Baixo</i>
Países Baixos	11	19	40%	<i>Médio Baixo</i>
Espanha	12	19	40%	<i>Médio Baixo</i>
BAD	14	19	40%	<i>Médio Baixo</i>
Suíça	18	17	35%	<i>Médio Baixo</i>
Banco Mundial	17	16	33%	<i>Médio Baixo</i>
Portugal	16	15	31%	<i>Médio Baixo</i>
Alemanha	19	10	21%	<i>Fraco</i>

A pontuação individual dos PAPs é representada como percentagem (na base da pontuação máxima de 48 pontos). No gráfico 12, os PAPs foram ordenados em escala decrescente de acordo com o seu desempenho.

Gráfico 12: Pontuação Individual de 2012

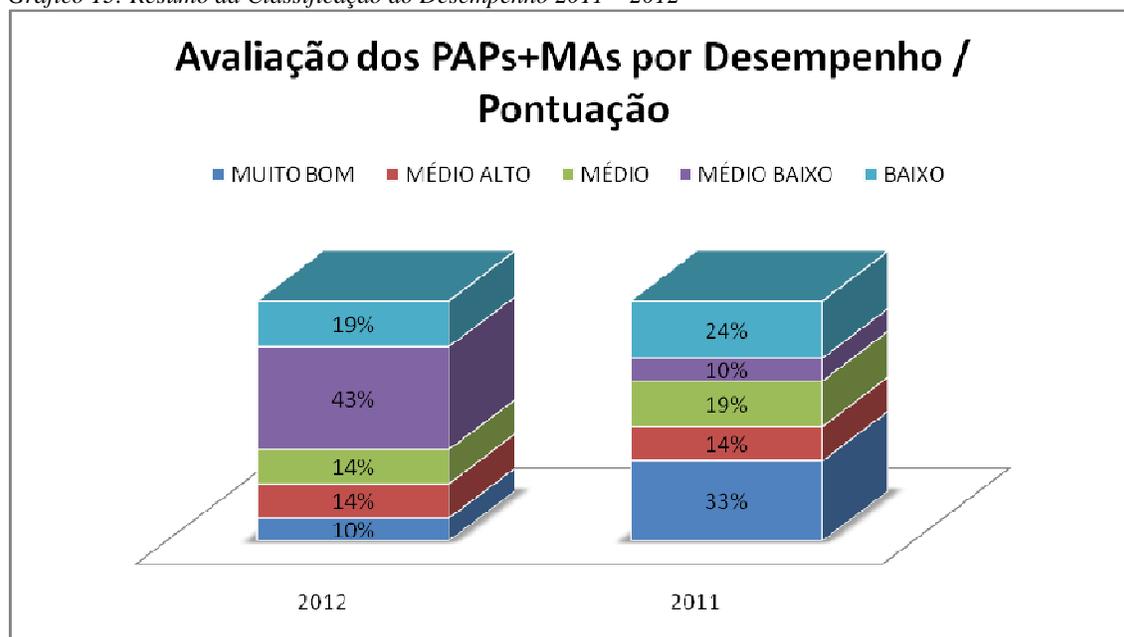


Por sua vez, a tabela 14 revela uma diminuição no número de parceiros com desempenho “Muito Bom”, “Médio” e “Fraco”. Em contrapartida, constata-se um incremento de número de parceiros “Médio Alto” e sobretudo “Médio Baixo”, acabando esta última por ser a categoria na qual se concentram 43% dos Parceiros..

Tabela 14: Resumo da Classificação do Desempenho 2011 e 2012-

Classificação	Parceiros	2012		2011	
		Número de PAPs	% por Categoria	Número de PAPs	% por Categoria
MUITO BOM	DFID e Canada	2	10%	7	33%
MÉDIO ALTO	Irlanda, Áustria, e Noruega	3	14%	3	14%
MÉDIO	Dinamarca, Suécia, Finlândia	3	14%	4	19%
MÉDIO BAIXO	Comissão Europeia, França, Países Baixos, Bélgica, Espanha, BAD, Itália, Suíça e Portugal	9	43%	2	10%
Fraco	Banco Mundial, Estados Unidos, Nações Unidas e Alemanha	4	19%	5	24%
TOTAL		21	1	21	1

Gráfico 13: Resumo da Classificação do Desempenho 2011 – 2012



3.3.2 Classificação dos PAPs por tamanho

Para realizar a classificação e *ordenamento geral dos PAPs por tamanho* foi aplicada a mesma metodologia utilizada nos anos anteriores. Desta forma, pode-se garantir a comparabilidade multi-anual da evolução dos dados. Consequentemente, a tipologia da classificação utilizada para 2012 mantém-se a seguinte:

CLASSIFICAÇÃO	CRITÉRIO
MUITO GRANDES	mais de US\$ 90 milhões
GRANDES	mais de US\$ 50 milhões e menos de US\$ 90 milhões
MÉDIOS	entre US\$ 20 milhões e US\$ 50 milhões
PEQUENOS	menos de US\$ 20 milhões

Os resultados da classificação dos PAPs e MAs são:

- **6 PAPs** classificados como **Muito Grandes** (mais de US\$ 90 milhões em 2012), nomeadamente: Estados Unidos, DFID, Banco Mundial, Canada, União Europeia e Suécia contra 7 PAPs em 2011.
- **5 PAPs** classificados como **Grandes** (mais de US\$ 50 milhões e menos de US\$ 90 milhões em 2012) nomeadamente: BAD, Alemanha, Noruega, Dinamarca e Nações Unidas, igual a 2011.
- **6 PAPs** classificados como **Médios** (entre US\$ 20 milhões e US\$ 50 milhões em 2011), nomeadamente: Irlanda, Países Baixos, Suíça, Finlândia, Itália e França contra 4 PAPs em 2011.
- **4 PAPs** classificados como **pequenos** (menos de US\$ 20 milhões) nomeadamente: Bélgica, Portugal, Áustria e Espanha contra 5 em 2011.

O ordenamento dos PAPs por classificação na base do volume de Ajuda desembolsado em 2012, visualiza-se na tabela 15 comparando o volume de Ajuda total (incluindo AOD ao Governo e a entidades não-estatais)

Tabela 15 – Ordenamento dos PAPs (incluindo os Membros Associados) por classificação baseada no seu volume de ajuda em 2012 e 2011

PAP	Nº	Volume Total 2012	Classificação Por Volume de Ajuda Total 2012	Classificação Por Volume de Ajuda Total 2011
Estados Unidos	1	406,549,211	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
Banco Mundial	2	231,740,253	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
União Europeia	3	181,238,522	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
DFID	4	131,834,915	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
Suécia	5	102,662,006	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
Canada	6	91,094,404	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
BAD	7	89,399,171	GRANDE	GRANDE
Alemanha	8	74,450,193	GRANDE	GRANDE
Noruega	9	61,526,340	GRANDE	GRANDE
Dinamarca	10	60,919,456	GRANDE	MÉDIO
Nações Unidas	11	58,680,573	GRANDE	MUITO GRANDE
Irlanda	12	47,115,306	MÉDIO	GRANDE

Países Baixos	13	45,416,657	MÉDIO	GRANDE
Suíça	14	33,855,602	MÉDIO	MÉDIO
Finlândia	15	31,515,154	MÉDIO	MÉDIO
França	16	26,280,641	MÉDIO	PEQUENO
Itália	17	20,111,201	MÉDIO	PEQUENO
Bélgica	18	13,761,985	PEQUENO	PEQUENO
Portugal	19	7,659,691	PEQUENO	PEQUENO
Espanha	20	8,643,083	PEQUENO	MÉDIO
Áustria	21	5,334,146	PEQUENO	PEQUENO
Total G19+MA	21	1,729,994,347		

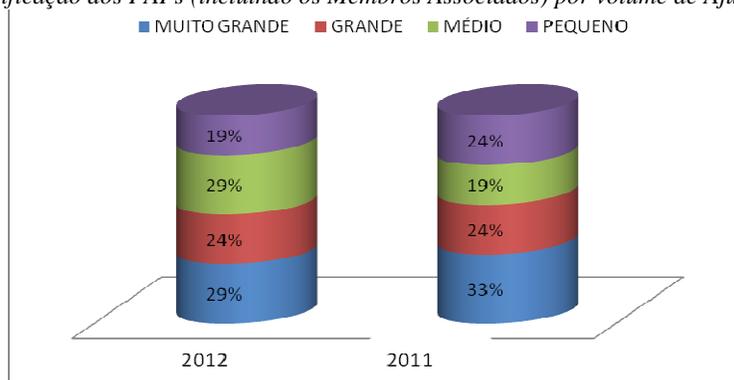
Tabela 16 – Ordenamento dos PAPs (incluindo os membros Associados) por classificação baseada no seu volume de ajuda em 2012-2011

Classificação Por Tamanho	2012		2011	
	Número de Parceiros	% por Categoria de Classificação	Número de Parceiros	% por Categoria de Classificação
MUITO GRANDE	6	29%	7	33%
GRANDE	5	24%	5	24%
MÉDIO	6	29%	4	19%
PEQUENO	4	19%	5	24%
Total	21	100%	21	100%

Os resultados demonstram que, em termos do volume de ajuda desembolsado ao país, o maior parceiro em 2012 foi o Banco Mundial. Os 6 maiores parceiros em termos do volume da ajuda, são Estados Unidos (23.5% da Ajuda total), Banco Mundial (13.4%), Uniao Europeia (10.5%), DFID (7.6%), Suécia (6%) e Canada (5.3%) representando este conjunto aproximadamente 66% do total da Ajuda providenciada ao País.

A tabela 16 apresenta resumidamente o ordenamento dos PAPs por tamanho em 2012, comparado com 2011. Dela pode imediatamente constatar-se a redução do número de Parceiros de tamanho “**Muito Grande**” (de 33% para 29%) e “**Pequeno**” (de 24 para 19%) e o aumento do número de PAPs classificados como “**Médio**” (de 19 a 29%). Esta tendência esta reflectida no gráfico 13, o qual mostra de forma nítida um alargamento do segmento dos parceiros que se classificam como “**Médios**”.

Gráfico 14 – Classificação dos PAPs (incluindo os Membros Associados) por volume de Ajuda em 2011-2012.



4. Avaliação qualitativa do desempenho dos PAPs

4.1. Assuntos de Atenção Especial e Considerações Gerais

Assuntos de Atenção Especial

O Aide Memoire da Revisão Anual de 2012 destacou três (6) desafios no âmbito do desempenho dos PAPs, na conclusão conjunta, nomeadamente:

- 1) Aprimorar a previsibilidade no âmbito dos desembolsos, tanto para Apoio Geral ao Orçamento como para os Fundos Comuns.
- 2) Melhorar o mecanismo da gestão da Tranche Variável de modo a torná-lo claro, transparente e previsível.
- 3) Incrementar o uso dos sistemas nacionais (especialmente a Conta Única do Tesouro – CUT e o sistema de “Procurement”), em particular para a modalidade dos projectos;
- 4) Providenciar maior atenção a qualidade da informação prestada na Base de Dados ODAMOZ (mais especificamente com referência às Unidades Gestoras Beneficiárias (UGBs, Fonte de Recursos, etc);
- 5) Prestar maior atenção ao objectivo do Reforço das capacidades (incluindo a redução das Missões individuais e o numero de UIP).
- 6) Prestar apoio multiforme ao processo de elaboração do Código de Conduta previsto na Política de Cooperação internacional.

Quanto aos assuntos de atenção especial, cabe destacar que no que concerne ao primeiro e ao segundo assunto, não se registou progresso, os indicadores 6-14 mostraram que o desempenho piorou. O dialogo sobre a previsibilidade foi marcado por um dialogo construtivo sobre os indicadores da Tranche Variavel. Este diálogo culminou com a adopção de uma nova versão do Anexo 5 e do Anexo 10 do MdE. Constatou-se que a lista dos Parceiros que tem excepções nos condicionalismo, aumentou ligeiramente dado que Alemanha juntou-se a lista.

Mesmo com a adopção dos novos anexos, o Governo considera que a TV impõe elevados custos de transação, e deplora a concentração dos indicadores escolhidos pelos Parceiros num único Pilar (Macroeconómico) do QAD.

Quanto ao terceiro assunto de Atenção Especial, relacionado com o uso dos sistemas nacionais (especialmente a Conta Única do Tesouro – CUT e o sistema de “Procurement”), não se registou muitos progressos dado que todos os indicadores sobre o uso dos sistemas nacionais pioraram. Uma das plausíveis causas pode ser a deteção de algumas irregularidades no sistema de Gestão de Finanças Públicas.

Quanto a este assunto cabe referir que a deteção de problemas não pode ser apenas vista numa perspectiva negativa. Aliás, a detecção das fragilidades é um sinal de que os sistemas estão ser aplicados e virtude disto, estão a ser reforçados por via da identificação das causas e busca de soluções. Tal como é sobejamente sabido, o SISTAFE ainda não está em plena implemetação e a expansão da sua abrangência figura dentre as prioridades do Governo.

Quanto ao registo da informação em ODAMOZ, notou-se algum esforço dos Parceiros no sentido de melhorar o seu desempenho, assistindo-se a um crescente nível de participação destes nas sessões de formação organizadas pelo Governo.

Quanto ao Assunto relativo ao objectivo do Reforço das capacidades, o desempenho é claramente insatisfatório dado que, incrementou-se com 15% o numero de missões recebidas e incrementou com 13% o numero de UIPs. O Governo continua a reiterar a sua vontade de ver um maior esforço dos Parceiros para inverter este cenário.

Considerações Gerais

No quadro da implementação da parceria, foram organizados em 2012 10 reuniões do Grupo de Direcção (JSCs), 4 reuniões de PAF COGs e 4 Dialogos Politicos.

Uma boa practica a destacar e cuja institucionalização é recomendada, é a realização de sessões de reflexão conjunta apos a finalizacao de um processo para permitir a sistematização das lições aprendidas dos processos conjuntos e o consequente aprimoramento dos mesmos.

Foram realizados em Maio e Dezembro de 2012, **retiros de Reflexão Conjunta**, envolvendo o Governo e os PAPs, que culminaram com a adopção do Plano de Acção VIP-CARDOSO, cuja monitoria é realizado através do informe mensal no JSC, que constitui um desafio igualmente partilhado pelas partes.

Ora, mesmo em meio a um desempenho em geral não muito brilhante, alguns Parceiros se destacaram pelo seu excepcional e exemplar desempenho em determinados indicadores. Na perspectiva de ver disseminadas as boas práticas por detrás desse desempenho, os Parceiros visados foram convidados a partilhar neste relatório as suas experiencias.

Caixa 1: Boa Prática - Dinamarca: Indicador 13 - % dos desembolsos do ano n reportados correctamente no ODAMOZ.

Em relação aos desembolsos efectuados, a Dinamarca tem tido a prática de proceder ao preenchimento da base de dados ODAMOz numa base trimestral. A introdução de dados nessa base temporal poupa tempo, uma vez ser nessa base que o sistema exige que a informação seja apresentada. Para o efeito, são alocadas algumas horas de trabalho especificamente para a actualização da base de dados.

No que diz respeito a informação para alimentar o CFMP, a Dinamarca procura obedecer ao previsto no “Guião para a Contribuição dos parceiros no processo de integração da componente externa no ciclo orçamenta”, contando também com os lembretes, em momentos oportunos, que a equipa do ODAMOz do MPD faz sobre a necessidade de actualização dos dados.

Caixa 2: Boa Prática – DFID: Uso dos Sistemas Nacionais

O DFID apresenta uma pontuação relativamente boa nos indicadores que dizem respeito à utilização de sistemas nacionais na ajuda desembolsada para o Governo. Isto é, em primeiro lugar, explicado pelo facto de que a maioria (90%) da ajuda do DFID ao GdM constitui Apoio Geral ao Orçamento e Fundos Comuns, que inerentemente requerem o uso de sistemas de Governo. Além disso, os projectos individuais do DFID (por exemplo, com o MTC) são concebidos para serem geridos por instituições do Governo, entregues através da CUT seguindo os sistemas nacionais de execução do orçamento e de prestação de relatórios financeiros.

Não obstante, importa mencionar que em alguns casos relatórios financeiros adicionais são necessários, e em todos os casos é exigida uma auditoria externa independente. Apenas uma pequena parte da ajuda do DFID ao GdM é executada pelo DFID, sendo um, valor em grande parte utilizado para a realização de estudos e prestação de assistência técnica para apoiar a implementação Fundos Comuns e outros projectos implementados pelo GdM.

Na cerimónia de compromissos de 2011, o DFID facultou a informação sobre todos os desembolsos previstos de ODA ao GoM, facto que permitiu que estes desembolsos tenham sido registados no orçamento para 2012.

Caixa 3: Boa Prática: União Europeia (UE) – Indicador 21 - Número total de Missões e o valor de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.

No que respeita ao número total de missões para Moçambique em 2012, o desempenho da UE foi excepcionalmente positivo porquanto realizou apenas um total de duas missões, sendo ambas que foram conjuntas. Uma das razões para este desempenho está ligada ao facto de a cooperação da UE estar grosso modo **‘descentralizada’** ou seja, ao invés de todas as questões serem remetidas para a sede em Bruxelas, muitas decisões (incluindo as negociações com o Governo sobre projectos e novos contratos), são tomadas mesmo ao nível da Delegação em Maputo. Desta forma, torna-se desnecessária a solicitação de missões da sede para avaliar a execução dos projectos e decidir sobre desembolsos bem como outros assuntos.

4.2 Fundos Comuns

Avaliação Geral

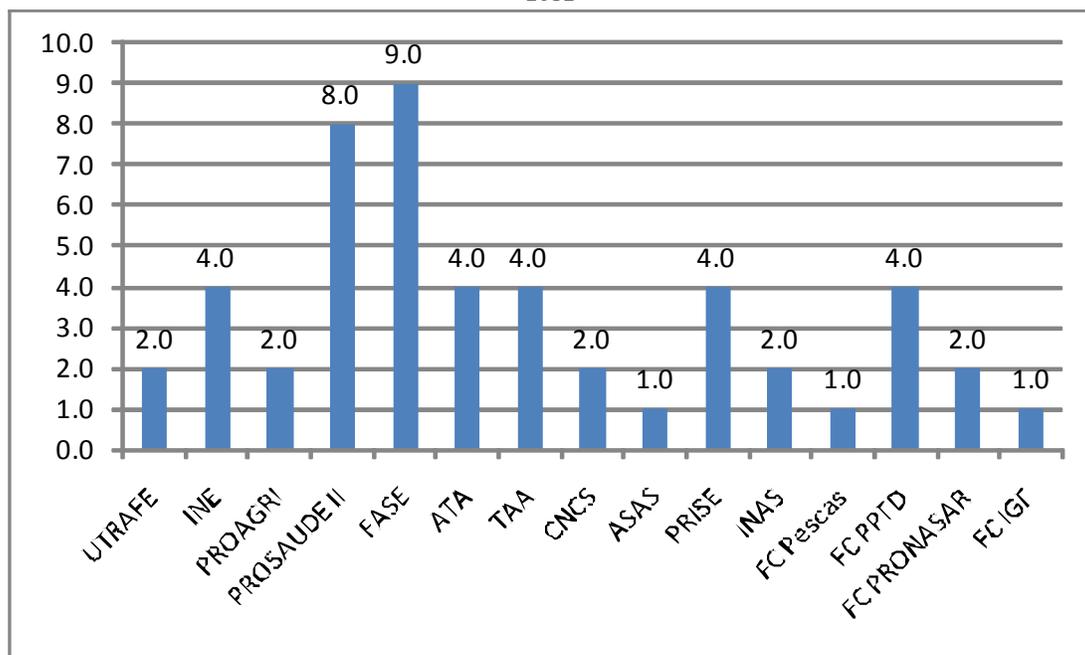
O Apoio Programático aos Sectores em Moçambique engloba os chamados “Fundos Comuns (FC)”. Os Fundos Comuns têm como objectivo principal apoiar um único Sector através do alinhamento dos Planos dos Parceiros com o Plano do Sector e a harmonização dos procedimentos entre os Parceiros participantes no Fundo Comum.

Em 2011 estavam operacionais 15 Fundos Comuns e em 2012 o número manteve-se tendo o sector da Educação renovado o seu Memorando de Entendimento (MdE) Fundo FASE para 2012 – 2016. Para o sector da Agricultura o GdM e os Parceiros concordaram em assinar um Memorando com validade de um ano, enquanto se aguarda pela conclusão do Plano de investimento do Plano Nacional de Investimentos do Sector Agrário (PNISA). O Fundo

Comum da Autoridade Tributária teve o seu Memorando de Entendimento renovado em Julho de 2012 para período 2012 a 2014.

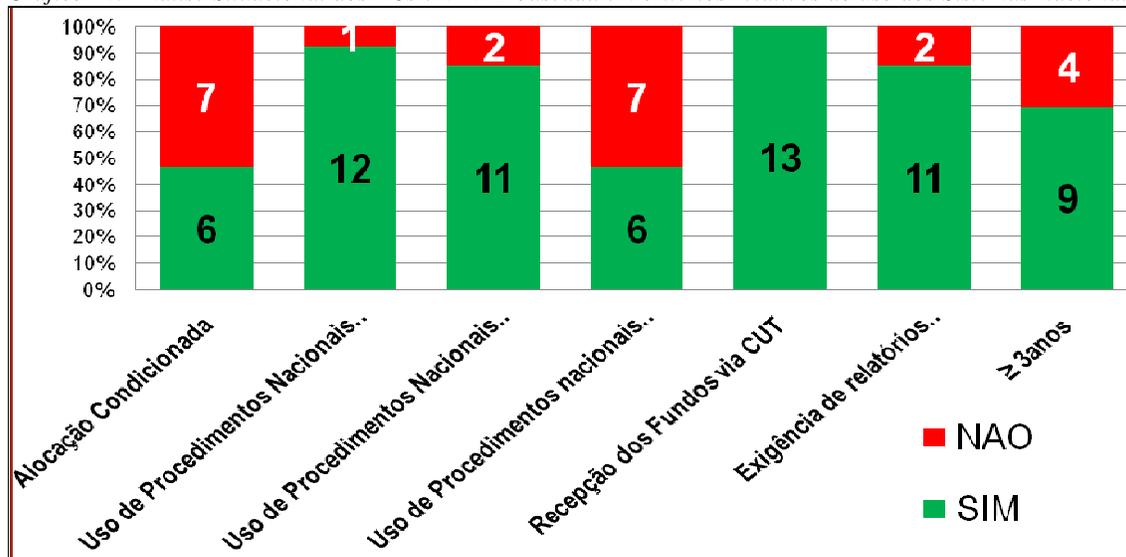
O número dos Parceiros participantes nos Fundos Comuns (PESCAS, ASAS e IGF) varia entre 1 a 9 Parceiros (FASE).

Gráfico 15: Número de Parceiros que desembolsaram para os FCs em 2012



Demonstra-se no Gráfico 15 uma apreciação qualitativa dos Fundos Comuns no qual foi usado os critério do uso dos procedimentos nacionais. Destaca-se como ponto positivo que todos os Fundos Comuns recebem os seus fundos através da CUT. Em contrapartida revela-se como maior desafio a imposição de condicionalismos quanto a alocação dos Fundos, o uso dos procedimentos de Auditoria.

Gráfico 16: Análise Situacional dos FCs em 2012 baseada em critérios relativos ao uso dos Sistemas Nacionais



No quadro da avaliação do desempenho dos parceiros, foi organizado um seminário com o objectivo de auscultar os Fundos Comuns, aferindo os seus progressos e desafios.

Em geral, os beneficiários dos FCs deram notam positiva ao desempenho dos Parceiros, avaliando-o como *satisfatório*. Entretanto, foram identificados como desafios o reforço da previsibilidade dos desembolsos dos fundos assumidos em compromisso e a redução do volume de condicionalismos impostos (sobretudo o número de auditorias exigidas).

Uma das grandes recomendações feitas pelos Fundos Comuns, foi de ajustar a calendarização dos desembolsos à sazonalidade das necessidades de liquidez ao nível dos sectores. Por exemplo o Fundo Comum FASE defendeu que a execução das despesas no início do ano escolar têm sido estrangulada pela a exiguidade/ausência de desembolsos naquela altura do ano.

Boas Práticas e constrangimentos identificados no relacionamento com os Parceiros

Foram destacadas as seguintes Boas Práticas dos Fundos Comuns:

FASE:

- 83% da componente externa do orçamento do sector da Educação é financiada pelo FASE, com um total de 10 Parceiros de cooperacao a contribuírem para o Fundo.
- Assinado novo MdE no dia 13 de Dezembro 2012;
- Diálogo institucionalizado em volta da implementação do PEE (Plano Estratégico da Educação);
- Melhorias no processo de planificação, orçamentação e Procurement;

PESCAS :

- Preparação conjunta das reuniões do comité de parceira;

- Participação dos parceiros nas reuniões e seminários nacionais do sector;
- Deslocações conjuntas para Monitoria das actividades.

PNPFD:

- O relacionamento com os Parceiros é feito nos momentos acordados no Memorando de Entendimento;
- O Plano de Actividades é aprovado conjuntamente;
- As contas anuais e o relatório do Programa são discutidos e aprovados conjuntamente;
- Visitas conjuntas de acompanhamento da implementação do Programa;
- A alocação de Fundos em momento oportuno.

PRONASAR:

- Alinhamento dos parceiros do Fundo com Sistemas do Governo;
- Harmonização dos Procedimentos de Procurement e Gestão Financeira (CUT);
- Celeridade nos Desembolsos;

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA:

Realização de encontros de harmonização que antecedem as reuniões da Comissão de Parceria (órgão colegial de coordenação e troca de informações sobre a reforma tributária, que reúne pelo menos duas vezes ao ano).

FC PROSAUDE:

- Existência de um Plano de Fortalecimento da Gestão de Finanças Públicas (Execução, orçamental, Contabilidade, Reporte e Controlo Interno);
- Criação das Repartições de prestação de contas a nível central e provincial;

TAA:

- Extensão da abrangência das auditoria realizada ao Fundo Comum, para todo o Orçamento do TA;
- Diálogo regular entre o Fundos Comum e o Parceiro.

Constrangimentos:

Alguns Fundos Comuns levantaram também alguns pontos concretos, trazendo ao de cima as suas inquietações :

PRO-AGRI

- Redução do número de Parceiros no Sector Agrário,
- Redução do montante investido para o sector por parte dos parceiros existentes.

PROSAUDE:

- Atrasos consideráveis, decorrentes da falta de justificativos dos exercícios económicos anteriores; Fraquezas do controle interno nas áreas de controlo interno e de medicamentos e a Fraca capacidade técnica pessoal da área financeira;

AT:

- A disponibilização tardia de fundos do Fundo Comum condicionou a implementação de algumas actividades estratégicas para o segundo semestre de 2011; O corte no financiamento (cerca de 1 milhão de USD) condicionou a implementação de algumas actividades estratégicas.

PNPFD:

- Sistemas de prestação de contas complexos (Os fundos fluem via Sistafe e a prestação de contas é feita na base de critérios estabelecidos pelo Banco Mundial);
- A retirada de um Parceiro de Cooperação (Holanda)

No intuito de ver reduzidos os custos de transacção associados a duplicação de esforços ao nível dos grupos de trabalho, foi sugerido que os Fundos Comuns concluam até 15 Março de cada ano, as suas revisões sectoriais o que permitiria que as revisões dos Fundos Comuns alimentam o processo da RA.

Ainda na perspectiva de aprimoramento e harmonização dos processos, foram feitas pelos sectores importantes recomendações das quais importa destacar:

- A necessidade de introduzir um modelo padrão de MdE que agregue e capitalize a experiencia e as boas práticas até aqui acumuladas e sirva de base para os próximos Memorandos;
- Estabelecer um fluxo de comunicação regular entre a MF, o MPD e os Sectores, com vista a assegurar o follow-up do cumprimento do calendário dos desembolsos dos FCse garantir que sejam contornadas as eventuais obstrucções aos desembolsos pelo menos do lado do Governo;
- Necessidade de maior esforço garantir que a maior parte dos recursos externos sejam canalizados via CUT, garantindo-se deste modo o uso efectivo dos Sistemas Nacionais.

4.3 Apreciação do Desempenho dos Parceiros ao Nível das Províncias

Do total 11 Províncias, 8 (Cabo Delgado, Niassa, Maputo Cidade, Manica, Sofala, Gaza, Inhambane e Maputo Província) o que corresponde a 72%, é que responderam aos questionários relativos a avaliação do desempenho dos parceiros que actuam nas Províncias.

Deste modo, com base nas respostas facultadas pelas Províncias, constatou-se que cada Província têm em média 9 **Parceiros** activos. Um dos factos que imediatamente ressalta da análise é o considerável desvio entre as Províncias. O extremo mínimo é sem dúvidas a Província de Niassa que dispõem do menor número de Parceiros num total de 3. Paradoxalmente, a vizinha Província de Cabo Delgado reportou o maior número de Parceiros, num total de 19.

Quanto as **ONG's internacionais**, cada Província reportou ter activas em média 39 ONG's Internacionais. Mais uma vez, o abismal desvio entre as Províncias, com Inhambane a contar com um total de 8 ONG's Internacionais enquanto a Província de Maputo dá conta da existência de 87 ONG's Internacionais.

Em relação aos **sectores de concentração**, de forma unânime as Províncias apontaram a **Educação, Saúde** como as áreas de enfoque para um maior volume de Parceiros. Para além destes, outros sectores de maior interesse são a **Agricultura, a Governação, a Acção Social, Agua e Saneamento**.

Uma importante constatação do inquérito feito às Províncias, foi a indicação de que 90% dos parceiros traçam programas ou projectos de médio e longo prazo ou seja programas entre 5 a 10 ano, assegurando assim maior sustentabilidade das acções iniciadas bem como uma maior estabilidade aos Programas e Projectos.

No que se refere ao **alinhamento dos Parceiros ao nível das Províncias com o ciclo de planificação do Governo**, nota-se em geral algumas fragilidades nos mecanismos de disponibilização de informação que alimente os processos de elaboração dos CFMP/OE e do PES nas Províncias. É consequência disso o facto de algumas Províncias não disporem de um mecanismo regular de monitoria e recolha de informação dos Parceiros para a respectiva inclusão no OE ou PES.

O problema prende-se com a natureza dos sistemas de gestão e execução dos programas da maior parte dos parceiros. Repare-se que grande parte dos Parceiros dispõem de uma gestão autónoma e relativamente fechada ou seja são os próprios parceiros que fazem a planificação e execução dos programas, com pouco envolvimento dos beneficiários ao nível local. Infelizmente, diversos *stakeholders* são geralmente envolvidos somente no estágio de execução das actividades.

Três Províncias indicaram de que, apesar dos constrangimentos acima mencionados, há esforços para melhoria deste alinhamento por exemplo através de fora como é o caso do Observatório de Desenvolvimento Provincial. Paralelamente, as Províncias revelaram que o programa de descentralização implementado pelo MPD tem estado a surtir efeitos positivos no aprimoramento dos processos de elaboração dos instrumentos de gestão económica do Governo alinhados com os Planos Estratégicos de nível Distrital e Provincial.

Quanto ao uso dos sistemas de Gestão das Finanças Públicas, parece haver ao nível das Províncias padrões relativamente diferentes de actuação dos Parceiros de tal forma que as sensibilidades das Províncias inquiridas em relação a esta matéria, são um tanto divergentes. Três Províncias (Inhambane, Niassa e Sofala) reportaram que os Parceiros usam os sistemas nacionais. As outras 5 províncias alertaram que o uso de sistemas nacionais constitui ainda um grande desafio.

Portanto, em geral a grande maioria dos parceiros baseados nas Províncias continuam a aplicar sistemas autónomos de **planificação, orçamentação execução, aquisições (Procurement) e Auditoria**, em detrimento **dos sistemas nacionais**. Tal como no nível Central, este *modus operandis* dos Parceiros acarreta implicações negativas para o Governo, sob ponto de vista de custos de transacção.

Entretanto, o entendimento generalizado e partilhado ao nível das Províncias é de que à medida em que os fluxos financeiros dos parceiros passarem a fluir por via do e-SISTAFE, poderão ser aprimorados os processos de planificação e de execução.

Enquanto no nível central a aplicação da base de dados ODAMAZ como uma fonte consistente de informação sobre os compromissos dos Parceiros começa a se afirmar como uma prática consolidada, ao nível local apenas duas Províncias afirmaram fazer uso deste ferramenta, enquanto as demais Províncias manifestaram-se inquietadas com o facto de a base de dados não se encontrar actualizada no período da programação do OE para o ano seguinte.

Quanto ao uso dos sistemas nacionais de Monitoria a maioria das Províncias indicaram que as ONG's exigem relatórios adicionais aos do Governo. Assim, os sectores beneficiários são amiúde forçados a elaborar diversos relatórios para responder as variadas exigências dos Parceiros. A sobreposição de modelos de prestação de contas e Relatórios é mais uma ilustração dos custos de transacção impostos ao Governo.

A harmonização entre o Governo e os PAPs ao nível provincial continua a ser um desafio, a harmonização dos Parceiros entre si continua a ser uma miragem não obstante o reconhecimento dos esforços dos Parceiros nesse sentido. Em cinco das Províncias inquiridas, existe o entendimento de que a coordenação entre os parceiros nas Províncias é ainda muito fraca e na maioria das áreas ou sectores de intervenção, falta mecanismos para o efeito.

Entretanto, existem efectivamente esforços no sentido de se inverter o cenário. Uma das Províncias fez referência, por exemplo ao facto de que os parceiros que apoiam o sector da Saúde têm organizado encontros informais de coordenação/articulação entre os parceiros bem como entre estes e a Direcção Provincial de Saúde. Outra prática notável foi reportada pela Província de Niassa na qual foi instituído um fórum de coordenação das actividades das ONG's. Este órgão permite identificar áreas de intervenção de cada organização, evitando a sobreposição de actividades, quer sob o ponto de vista programático, quer de localização.

Porém, um dos grandes obstáculos que se colocam é falta de clareza sobre quem deveria liderar este processo.

No que respeita aos **fórum de diálogo entre os parceiros de desenvolvimento e as autoridades Governamentais** ao nível da Província, todos foram unânimes em destacar como fórum mais preponderante o **Observatório de Desenvolvimento**, fundamentando que o mesmo constitui uma plataforma inclusiva na qual tanto a Sociedade Civil como o Sector Privado e os **parceiros de desenvolvimento têm a possibilidade de participar**.

Algumas Províncias mencionaram fora adicionais tais como os Conselhos Consultivos Locais, a Rede Provincial de Apoio a Descentralização (REPAD) em Gaza, as Reuniões de coordenação e reuniões provinciais das ONG e Parceiros (Inhambane), o Comité de

Seguimento (Maputo Província), e o Encontro Conjunto e a Reunião Técnica (ambos do Niassa).

Ainda ao nível local, o diálogo entre os Governos Distritais e os Parceiros de Cooperação é coordenado pelo Governo Provincial. Já no nível descentralizado, os Municípios e os parceiros de Cooperação tem um diálogo directo.

O inquérito às Províncias procurou também captar o nível de interacção entre os Parceiros de Cooperação e as Empresas Privadas baseadas localmente. **A metade das Províncias indica existir relacionamentos positivos, e a outra metade reportou pouco envolvimento entre estes actores.**

Entretanto, o actual clima económico que o País vive, abre horizontes para uma maior concertação e envolvimento entre estes por forma a se colher impacto das acções de desenvolvimento desencadeadas localmente. As experiencias abaixo reportadas constituem indubitavelmente exemplo disso.

Acções conjuntas entre parceiros de cooperação e empresas privadas

GAZA: Há registo de uma experiencia de parceria entre a visão Mundial e a SASOL no âmbito da responsabilidade Social desta ultima que consistiu na criação e capacitação dos grupos de poupança e crédito entre as populações de Guijá e de Chigubo que residem ao longo do gasoduto de transporte de gás entre Pande (Inhambane) e Temane (Africa do Sul).

NIASSA: Tem estado a decorrer acções conjuntas entre os parceiros de cooperação e o sector privado, através de alocações de verbas à pequenos empreendedores que operam nas áreas de Saúde, Educação e Agricultura, tendo resultado na melhoria do estado de saúde da população, baixos índices da taxa de mortalidade infantil, despiste da malária, melhoria do estado nutricional das crianças e mães grávidas, aumento do número da rapariga nas escolas, aumento progressivo dos índices da produção e da produtividade agrária.

Em relação a transparência na actuação dos parceiros, a Província Maputo indicou receber informação sobre as actividades desenvolvidas pelos Parceiros de Cooperação ou com apoio destes através dos Balanços do PES e do OE para além dos Relatórios de Actividades, que são apresentados nos Observatórios de Desenvolvimento. Por sua vez, a Província de Gaza indica que a informação sobre as actividades e desembolsos dos parceiros é partilhada com o Governo Provincial através de relatórios de progresso a este facultados bem como através de Balanços periódicos apresentados (trimestral e/ ou semestralmente) nas sessões do Governo Provincial, Reuniões de coordenação sectorial e Reuniões do comité de supervisão no âmbito do PNPFD.

Já a Província de Niassa dá conta de que o Governo toma nota das actividades dos Parceiros nas Províncias apenas através dos relatórios que as ONGs submetem aos seus sectores de actividade ou instituições de tutela. Existe um grande vazio de informação neste aspecto, havendo actividades realizadas com altos volumes de financiamento que entretanto não são reportados.

Em resumo, no sentido de se melhorar a eficácia dos recursos externos, ao nível provincial recomenda-se que os Parceiros de Cooperação:

- Alinhem os seus processos de planificação com o do Governo;

- Melhorem a coordenação entre si,
- Usem sistemas nacionais (BUDGET, CUT e SISTAFE), atrelando a estes os seus processos de planificação e monitoria;
- Constituam um fórum de coordenação dos Parceiros que actue ao nível da Províncias tal como o exemplo de Niassa e Inhambane;
- Sistematizem ainda mais a actualização da base de dados ODAMOZ; e
- Melhorem os mecanismos de partilha de informação sobre os fluxos de financiamento para as Províncias para que Governo esteja a par do volume de recursos que são canalizados para aquele nível e para que projectos concretos são aplicados

Em geral, tomando em conta estes elementos de análise, a maioria das Provinciais (63%) classificaram o desempenho dos Parceiros ao nível descentralizado como **Satisfatório e os demais classificaram-no como Misto**.

4.4. Avaliação Final do Grupo dos PAPs

Assumindo exclusivamente os indicadores da avaliação quantitativa, o GdM classifica o desempenho dos PAPs como **“insatisfatório”**. De referir que esta baixa no desempenho está directamente relacionada com a diminuição da proporção de Ajuda Programática. De facto, qualquer flutuação na proporção de Ajuda Programática tem impacto directo sobre a maioria dos indicadores dos PAPs com destaque para o uso dos sistemas nacionais. Portanto, o desempenho baixo dos PAPs encontra uma explicação lógica no facto de um número significativo dos PAPs tender, em voltar, a dar preferência a modalidade de projectos (e esta modalidade não constitui Ajuda Programática).

A **avaliação qualitativa** consistiu em três elementos: os progressos relacionados com os Assuntos de Atenção Especial; a avaliação dos Fundos Comuns e o Inquérito sobre a cooperacao ao nível descentralizado. Conjugados estes três elementos, a Avaliação revelou que o desempenho dos PAPs em termos qualitativos é satisfatório.

Assim, em resumo, no global, ou seja, conjugando a avaliação quantitativa e a avaliação qualitativa, e com base nas classificações acordadas, o GdM considera o desempenho geral dos PAPs, em 2012, como tendo sido “Não Satisfatório”.

Deste modo, com base na avaliação do desempenho dos PAPs e MAs, o GdM, propõe que sejam considerados como assuntos de Atenção Especial para os PAPs os seguintes:

- Aprimorar o assunto de **previsibilidade no âmbito dos compromissos e desembolsos** atempados, tanto para Apoio Geral ao Orçamento como para os Fundos Comuns;
- Incrementar a proporção de ajuda desembolsada através da Ajuda Programática;
- Providenciar maior atenção na qualidade da **informação reportada à Base de Dados ODAMOZ** (mais especificamente com referência às Unidades Gestoras Beneficiárias (UGBs, Fonte de Recursos, etc);
- Incrementar o **uso e apoiar o aprimoramento dos sistemas nacionais** (especialmente a Conta Única do Tesouro – CUT e o sistema de “Procurement”), em particular para a modalidade dos projectos;

- Reduzir drasticamente o número de missões recebidas pelo Governo do País, através do incremento das missões conjuntas;
- Reduzir o número de Unidades Paralelas de Implementação de Projectos;
- Providenciar a **informação consolidada** (Mapa consolidado) ao Governo sobre o desempenho dos PAPs; e,
- Incrementar a alocação de fundos para os sectores produtivos.

Anexo 1: PAPs QAD 2012

Objectivos	N.º	INDICADORES	Meta 2012	Real 2012	Avaliação
Indicadores exclusivos para Apoio Geral ao Orçamento	1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de AOD desembolsado ao Governo.	43%	40%	Não cumprida
	2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	80%	47% dos PAPs, ou seja 9 parceiros	Não cumprida
	3	Número dos PAPs com programas multianuais não inferiores a 3 anos e rolantes.	100%/22%	68% 5%	Não cumprida
	4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no Mde	100%	84%	Não cumprida
Composição do Portfólio	5	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado ao Governo.	75%	63%	Não cumprida
Previsibilidade e Transparência	6	Variação entre o valor total de apoio ao orçamento e fundos comuns comprometido no ano n-1 e o valor desembolsado no ano n.	<10%	-3%	Cumprida
	7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	68%	Não cumprida
	8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	19%	Não cumprida
	9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	80%	63%	Não cumprida
	10	% do AOD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 95 e ≤ 105%	125%	Não cumprida
	11	AOD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e ≤ 105%	78%	Não cumprida
	12	% das provisões financeiras para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no “Guião sobre os Recursos Externos”	≥ 95 e ≤ 105%	68%	Não cumprida
	13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e ≤ 105%	68%	Não cumprida
	14	Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada (para se fazer a análise e redigir o relatório do seu desempenho)	SIM	NAO	Não cumprida
Harmonização e Alinhamento	15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	5	Não cumprida
	16	% do AOD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	66%	Não cumprida
	17	% do AOD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	59%	Não cumprida

18	% do AOD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	44%	Não cumprida
19	% do AOD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	57%	Não cumprida
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	75%	Não cumprida
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de AOD ao Governo para o qual é realizado uma missão;	≤ 100 e $\geq 13*10^6$ USD	158 – $7.5*10^6$ USD	Não cumprida
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões	40%	17%	Não cumprida
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	≤ 10	26	Não cumprida

ANEXOS:
Anexo 1: PAPs QAD 2012

Anexo 2: Tabela 1A: Resumo do desempenho do grupo em 2012 (PAPs)

Anexo 2: Tabela 1B: Resumo do desempenho do grupo em 2012 (PAPs e Membros associados)

Anexo 3: Tabela 3.1A: Composição do Portfólio dos PAPs - 2012 em USD

Tabela 3.1B: Composição do Portfólio dos PAPs com membros associados - em 2012 em USD

Tabela 3.2: Composição do Portefólio dos PAPs com membros associados – Fundos Comuns - em 2012 em USD

Anexo 4: Tabela 4.1: Harmonização e condicionalismos

Anexo 4: Tabela 4.2: Uso dos sistemas do Governo em 2012 (valores em USD)

Anexo 4: Tabela 4.3: Uso dos sistemas do Governo em 2012 (em percentagens do valor total desembolsado ao GdM)

Anexo 6: Tabela 6.1: Trabalho conjunto em 2012

Anexo 7: Tabela 7.1: Unidades de Implementação de Projectos Paralelos (UIPs) em 2012

Anexo 8: Tabela 8.1: Cooperação Técnica (CT) em 2012

Anexo 9: Tabela 9.1 Impostos em 2012

Anexo 10: Questionário dos PAPs

